



Fol: 74

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORÃ/MS

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Pregão Nº 3/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 10:25 horas do dia 30 de outubro de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. PAULO CESAR FRANJOTTI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 0093/23, Pregão nº 00003/2023.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Cadeira Fixa
Descrição Complementar: Cadeira Fixa Material Assento: Espuma Injetada, Material Encosto: Espuma Injetada, Material Estrutura: Metal, Material Revestimento Assento E Encosto: Vinil, Densidade Espuma Assento E Encosto: Controlada, Acabamento Estrutura: Pintura Epóxi Preta, Tipo Base: Fixo, Tipo Encosto: Separado / Ligado Por Tubo De Aço, Características Adicionais: Com Braço, Tratamento Superficial: Anti-Ferruginoso, Cor: Preta, Tipo Pé: Formato De "S"
Tratamento Diferenciado: Tipo 1 - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 28
Valor Unitário: R\$ 240,0000
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Adjudicado para: IDEALIZE COMERCIO DE MOVEIS E BRINQUEDOS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 240,0000 e a quantidade de 28 Unidade.

Observações

Data de Adjudicação	Data de Homologação	Observações
09/10/2023	30/10/2023	Adjudicação da proposta. Fornecedor: IDEALIZE COMERCIO DE MOVEIS E BRINQUEDOS LTDA, CNPJ/CPF: 50.075.008/0001-95, Melhor lance: R\$ 240,0000

Item: 2
Descrição: Berço
Descrição Complementar: Berço Material: Madeira, Acabamento Superficial: Pintura, Cor: Branca, Características Adicionais: Com Grades Laterais Coloridas
Tratamento Diferenciado: Tipo 1 - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3
Valor Unitário: R\$ 450,0000
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Adjudicado para: A. CARNEVALI LTDA, pelo melhor lance de R\$ 450,0000 e a quantidade de 3 Unidade.

Observações

Data de Adjudicação	Data de Homologação	Observações
09/10/2023	30/10/2023	Adjudicação da proposta. Fornecedor: A. CARNEVALI LTDA, CNPJ/CPF: 18.012.406/0001-50, Melhor lance: R\$ 450,0000.

Item: 3
Descrição: Colchão
Descrição Complementar: Colchão Tipo: Infantil, Material: Espuma, Densidade: D-18, Tecido De Revestimento: Sarja Bamboo, Tamanho Largura X Comprimento: 0,70 X 1,30 M, Tamanho Altura: 0,12 M, Características Adicionais: Subcategoria Berços; Tamanho Axlxc
Tratamento Diferenciado: Tipo 1 - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3
Valor Unitário: R\$ 140,0000
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Adjudicado para: A. CARNEVALI LTDA, pelo melhor lance de R\$ 140,0000 e a quantidade de 3 Unidade.

Observações

Data de Adjudicação	Data de Homologação	Observações
09/10/2023	30/10/2023	Adjudicação da proposta. Fornecedor: A. CARNEVALI LTDA, CNPJ/CPF: 18.012.406/0001-50, Melhor lance: R\$ 140,0000.

Item: 4
Descrição: Cadeira com braço
Descrição Complementar: Cadeira Com Braço Tipo Assento / Encosto: Giratória, Material Assento/Encosto: Fibra Vidro Poliéster/Espuma, Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática Em Epóxi-Pó/Tratamento Anti, Cor: Preta,

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 6
Valor Unitário: R\$ 1.144,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Fol.: 95

Adjudicado para: SENA E PRATES LTDA, pelo melhor lance de R\$ 1.144,0000 e a quantidade de 6 Unidade.

Data de Adjudicação **Data de Homologação**

09/10/2023

30/10/2023

Observações
Adjudicação da proposta. Fornecedor: SENA E PRATES LTDA, CNPJ/CPF: 47.536.916/0001-24, Melhor lance: R\$ 1.144,0000.

Item: 9

Descrição: Mesa reunião oval
Descrição Complementar: Mesa Reunião Oval - Semi Oval Material: Madeira, Tipo Madeira: Aglomerado, Tipo Revestimento: Laminado Melamínico, Comprimento: 200 CM, Largura: 90 CM, Altura: 75 CM, Cor: Cinza Claro
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Valor Unitário: R\$ 744,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Adjudicado para: SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 744,0000 e a quantidade de 1 Unidade.

Data de Adjudicação **Data de Homologação**

09/10/2023

30/10/2023

Observações
Adjudicação da proposta. Fornecedor: SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ/CPF: 04.063.503/0001-67, Melhor lance: R\$ 744,0000.

Item: 10

Descrição: Suporte
Descrição Complementar: Suporte Material: Mdp, Aplicação: Cpu, Altura: 430 MM, Largura: 250 MM, Tipo: Ajustável, Comprimento: 504 MM, Cor: Preta, Material Base: Mdp, Comprimento Base: 504 MM, Cor Base: Preto, Espessura: 18 MM, Acabamento: Pintura Epóxi, Formato: Retangular, Profundidade: 504 M
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 50
Valor Unitário: R\$ 79,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Adjudicado para: SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 79,0000 e a quantidade de 50 Unidade.

Data de Adjudicação **Data de Homologação**

09/10/2023

30/10/2023

Observações
Adjudicação da proposta. Fornecedor: SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ/CPF: 04.063.503/0001-67, Melhor lance: R\$ 79,0000.

Item: 11

Descrição: Armário aço
Descrição Complementar: Armário Aço Material: Chapa Aço 26, Acabamento Superficial: Pintura Esmaltada, Quantidade Portas: 2 UN, Quantidade Prateleiras: 3 UN, Altura: 1,70 M, Largura: 0,75 M, Profundidade: 0,35 M, Aplicação: Ferramentaria, Características Adicionais: Travamento Simultâneo/Puxadores/Regulagem Altura
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 10
Valor Unitário: R\$ 543,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %

Adjudicado para: SENA E PRATES LTDA, pelo melhor lance de R\$ 543,0000 e a quantidade de 10 Unidade.

Data de Adjudicação **Data de Homologação**

09/10/2023

30/10/2023

Observações
Adjudicação da proposta. Fornecedor: SENA E PRATES LTDA, CNPJ/CPF: 47.536.916/0001-24, Melhor lance: R\$ 543,0000.

Item: 12

Descrição: Conjunto escolar
Descrição Complementar: Conjunto Escolar Componentes: 1 Mesa E 4 Cadeiras, Material: Madeira E Aço, Tamanho: Cjc-01, Material Tampa: Mdf, Tratamento Superficial Estrutura: Antiferruginoso E Pintura Em Epóxi-Pó, Características Adicionais: Cadeiras Com Assento E Encosto Em Polipropileno, Revestimento Tampa: Laminado Melamínico, Cor: Variada
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 15
Valor Unitário: R\$ 995,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

96

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Pregão Nº 59/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 13:39 horas do dia 22 de dezembro de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JAELOS RAMALHO MATTIA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 195, Pregão nº 00059/2023.

Resultado da Homologação

Item: 2
Descrição: Aparelho ar condicionado
Descrição Complementar: Aparelho Ar Condicionado Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU, Tensão: 110/220 V, Tipo: Split, Modelo: Split Inverter, Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital/Timer/Selo Procel
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 30
Valor Unitário: R\$ 2.544,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 15,00

Adjudicado para: M A C CARLESSO ELETRO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 2.544,0000 e a quantidade de 30 Unidade.

		Observações
Data de Adjudicação	Data de Homologação	Adjudicação da proposta. Fornecedor: M A C CARLESSO ELETRO LTDA, CNPJ/CPF: 26.074.486/0002-87, Melhor lance: R\$ 2.544,0000.
29/11/2023	22/12/2023	

Item: 3
Descrição: Televisor
Descrição Complementar: Televisor Tamanho Tela: 50 POL, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Smart Tv, Full Hd, Entradas Hdmi/Usb, Conversor Di, Tipo Tela: Led, Acessórios: Controle Remoto
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12
Valor Unitário: R\$ 1.879,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 15,00

Adjudicado para: EXEBR INFORMATICA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 1.879,0000 e a quantidade de 12 Unidade.

		Observações
Data de Adjudicação	Data de Homologação	Adjudicação da proposta. Fornecedor: EXEBR INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 29.520.946/0001-60, Melhor lance: R\$ 1.879,0000.
29/11/2023	22/12/2023	

Item: 4
Descrição: Armário aço
Descrição Complementar: Armário Aço Tratamento Superficial: Fosfatizado, Material: Chapa Aço 24, Acabamento Superficial: Pintura Lisa, Cor: Cinza, Quantidade Portas: 8 UN, Tipo Fixação Portas: Com Dobradiças, Tipo Fechamento Portas: Pitão Para Cadeados, Altura: 1,95 M, Largura: 1,24 M, Profundidade: 0,41 M, Tipo Aço: 24 Usg, Características Adicionais: Cabides De Poliuretano Na Cor Cinza
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 6
Valor Unitário: R\$ 838,0000
Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: D.S.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE ACO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 838,0000 e a quantidade de 6 Unidade

		Observações
Data de Adjudicação	Data de Homologação	Adjudicação da proposta. Fornecedor: D.S.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE ACO LTDA, CNPJ/CPF: 15.318.347/0001-54, Melhor lance: R\$ 838,0000.
29/11/2023	22/12/2023	

Item: 6
Descrição: Autoclave
Descrição Complementar: Autoclave Material: Aço Inox, Tipo*: Horizontal, Modelo: Gravitacional, Operação: Automática, Digital, Sistema De Secagem E Segurança, Volume Câmara: Cerca De 50 L, Composição: Sensores Temperatura E Pressão

Item: 28

Descrição: Impressora multifuncional
Descrição Complementar: Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Laser , Resolução Impressão: 600 X 600 DPI, Tensão Alimentação: Bivolt V, Resolução Copiadora: 600 X 600 DPI, Velocidade Impressão Preto E Branco: 30 PPM, Resolução Scanner: 1.200 X 1.200 DPI, Características Adicionais: Ciclo Mensal 30.000 Páginas, Impressão Frente E Ve , Conectividade: Ethernet 10/100, Paralela, Usb 2.0 E Wireless , Capacidade Mínima Bandeja: 150 FL, Capacidade Memória: 128 M

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 42

Valor Unitário: R\$ 1.825,0000

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 15,00

Adjudicado para: PVT COMERCIO E MANUTENCAO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA , pelo melhor lance de R\$ 1.825,0000 e a quantidade de 42 Unidade .

Data de Adjudicação	Data de Homologação	Observações
29/11/2023	22/12/2023	Adjudicação da proposta. Fornecedor: PVT COMERCIO E MANUTENCAO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA, CNPJ/CPF: 65.840.795/0001-91, Melhor lance: R\$ 1.825,0000 .

Item: 29

Descrição: Mesa auxiliar

Descrição Complementar: Mesa Auxiliar Material Estrutura: Tubular Aço , Material Tampo: Aço , Comprimento Tampo: 100 CM, Largura Tampo: 70 CM, Características Adicionais: Mesa Auxiliar Em Aço Inoxidável Sem Revestimento , Formato: Retangular , Altura: 85

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 6

Valor Unitário: R\$ 597,0000

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 3,00

Adjudicado para: RENASCER IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA , pelo melhor lance de R\$ 597,0000 e a quantidade de 6 Unidade

Data de Adjudicação	Data de Homologação	Observações
29/11/2023	22/12/2023	Adjudicação da proposta. Fornecedor: RENASCER IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/CPF: 04.198.372/0001-25, Melhor lance: R\$ 597,0000 .

Item: 30

Descrição: Maca clínica

Descrição Complementar: Maca Clínica Material: Tubular Em Ferro , Tipo: Carro Maca , Acabamento Da Superfície: Pintura Epóxi , Acabamento Das Rodas: Rodas Termoplástica , Rodas: 4 Rodízios De 5", Freio Nos 4 Rodízios , Comprimento: Até 1,90 M, Largura: Cerca De 0,60 M, Altura: Cerca De 0,80 M, Capacidade De Carca: Até 150 KG, Componentes: Suporte Soro Removível , Componentes 01: Para Choque Emborrachado , Características Adicionais: Cabeceira Regulável Por Cremalheira , Características Adicionais 01: Grades Laterais Rebatíveis , Acessórios: Leito Fixo C/ Colchão, Courvin

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 7

Valor Unitário: R\$ 785,0000

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 5,00

Adjudicado para: RENASCER IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA , pelo melhor lance de R\$ 785,0000 e a quantidade de 7 Unidade

Data de Adjudicação	Data de Homologação	Observações
29/11/2023	22/12/2023	Adjudicação da proposta. Fornecedor: RENASCER IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/CPF: 04.198.372/0001-25, Melhor lance: R\$ 785,0000 .

Item: 31

Descrição: Mesa escritório

Descrição Complementar: Mesa Escritório Material Estrutura: Aço , Material Tampo: Aglomerado Mdf , Quantidade Gavetas: 2 UN, Largura: 0,70 M, Altura: 0,74 M, Tipo Gavetas: Com Chave , Comprimento: 1,20 M, Acabamento Estrutura: Pintado

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 27

Valor Unitário: R\$ 720,0000

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 3,00

Adjudicado para: PAPERFLEX COMERCIAL LTDA , pelo melhor lance de R\$ 720,0000 e a quantidade de 27 Unidade .

Data de Adjudicação	Data de Homologação	Observações
29/11/2023	22/12/2023	Adjudicação da proposta. Fornecedor: PAPERFLEX COMERCIAL LTDA, CNPJ/CPF: 07.299.558/0001-69, Melhor lance: R\$ 720,0000 .



Município de Ponta Porã

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

78

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS BNC

ID
029457

DATA
13/06/2024

OBJETO

PREVIPORÃ - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMATICA E MOBILIARIO

ITEM		PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	MÉDIA			
Anexo I		Especificações Notebook: -Processador 12ª geração Intel® Core™ i5-1235U (10-core, cache de 12MB, até 4.4 GHz) -Armazenamento SSD interno de 1 TB. -Sistema operacional Windows 11 Pro, Português -Placa de vídeo * Intel® UHD com memória gráfica compartilhada -Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120 Hz, WVA -Memória 8GB DDR4 (1x8GB) 2666MT/s; Expansível até 16GB (2) slots soDIMM) -Armazenamento SSD interno de 1 TB.	und 1,00	////			
Lote 001							
Item 001							
Nenhuma informação							
Anexo I			UND	////			
Lote 001		Suporte Quadrado Para Monitor De Mesa 20cm, com gaveta	5,00				
Item 002							
Nenhuma informação							
Anexo I			UND	////			
Lote 001		Suporte Para Gabinete CPU (carrinho)	3,00				
Item 003							
Nenhuma informação							
Anexo I			UND	////			
Lote 001		HD SSD Externo 1 TB Sandisk, USB, Leitura: 520MB/s - SDSSDE30-1T00-G25	2,00				
Item 004							
Nenhuma informação							
Anexo I			UND	////			
Lote 001		Webcam Logitech FullHD	3,00				
Item 005							
Nenhuma informação							
Anexo I			UND	99,99			
Lote 001		Apoio Descanso Base Suporte Ergonômico Para Os Pés.	7,00				
Item 006							
ÓRGÃO / ENTIDADE		ATA / CONTRATO / MODALIDADE	PROCESSO	HOMOLOGAÇÃO / DATA ASSINATURA	UN.	QTDE.	VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINEIROS/GO		0014/2023	2023049305	07/11/2023	UNIDADE	60,00	99,99
DESCRIÇÃO DO ITEM: DESCANSO APOIO PARA OS PES							
Anexo I			UND	////			
Lote 001		Suporte 2 Monitores Articulado De Mesa 15 A 32 Ctm22n	3,00				
Item 007							
Nenhuma informação							
Anexo I			UND	////			
Lote 001		Mesa de 1,20m x 0,60m Amadeirado com 2 gavetas suspensas com chave. SUGESTÃO DE COR: CAFÉ/MARROM	2,00				
Item 008							
Nenhuma informação							



Município de Ponta Porã

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol: 99

UNIDADE /
QUANTIDADE

MÉDIA

UND
2,00

////

PRODUTO / SERVIÇO

ITEM

Anexo I
Lote 001 Cadeira Secretária Giratória Com Braços Reguláveis Estofada Preta
Item 009

Nenhuma informação

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINEIROS
MINEIROS-GO

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2023
Processo Administrativo Nº 2023049305
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: WAXIENE GOUVEA NAVES
Data de Publicação: 20/09/2023 14:06:00

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 07/11/2023 15:17:53
LOTE 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: Lorigraf	Modelo:
Descrição: AGENDA DIARIA ESPIRAL C MINIMO 176 FOLHAS MEDIDAS APROX 15X21 CM			
Quantidade: 235	Valor Unit.: 26,50	Valor Total: 6.227,50	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LM SUPRIMENTOS LTDA	120	09.211.625/0001-77	26,50	26,50		Sim
2 F R LIMA CARLOS LTDA	067	12.033.172/0001-40	150,00	39,50	49,06	Sim
3 OFFICE COMERCIO DE MAQUINAS E	132	07.658.192/0001-77	39,90	39,90	1,01	Sim
4 IRMÃOS SOUZA BORGES LTDA	072	38.348.805/0001-01	1.000,00	1.000,00	2406,27	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 07/11/2023 15:17:54
LOTE 2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 2	Unidade: CAIXA	Marca: Lyke	Modelo:
Descrição: ALFINETES REDONDO PARA MAPA COLORIDOS CX 100 UNID			
Quantidade: 110	Valor Unit.: 6,95	Valor Total: 764,50	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LM SUPRIMENTOS LTDA	096	09.211.625/0001-77	6,95	6,95		Sim
2 F R LIMA CARLOS LTDA	102	12.033.172/0001-40	75,00	17,90	157,55	Sim
3 OFFICE COMERCIO DE MAQUINAS E	058	07.658.192/0001-77	18,00	18,00	0,56	Sim
4 IRMÃOS SOUZA BORGES LTDA	140	38.348.805/0001-01	1.000,00	1.000,00	5455,56	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINEIROS
MINEIROS-GO

LOTE 41 - HOMOLOGADO - 07/11/2023 15:18:02
LOTE 41

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 41 Unidade: UNIDADE Marca: TEKBOND Modelo:
Descrição: COLA UNIVERSAL 17 GRS Valor Total: 51,00
Quantidade: 6 Valor Unit.: 8,50

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 OFFICE COMERCIO DE MAQUINAS E	005	07.658.192/0001-77	8,50	8,50		Sim
2 F R LIMA CARLOS LTDA	052	12.033.172/0001-40	25,00	25,00	194,12	Sim
3 IRMÃOS SOUZA BORGES LTDA	085	38.348.805/0001-01	26,30	26,30	5,20	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

LOTE 42 - HOMOLOGADO - 07/11/2023 15:18:03
LOTE 42

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 42 Unidade: FRASCO Marca: New Magic Modelo:
Descrição: CORRETIVO LIQUIDO 18ML Valor Total: 1.052,88
Quantidade: 492 Valor Unit.: 2,14

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LM SUPRIMENTOS LTDA	065	09.211.625/0001-77	3,25	2,14		Sim
2 F R LIMA CARLOS LTDA	101	12.033.172/0001-40	7,50	2,15	0,47	Sim
3 IRMÃOS SOUZA BORGES LTDA	145	38.348.805/0001-01	3,76	3,15	46,51	Sim
OFFICE COMERCIO DE MAQUINAS E	109	07.658.192/0001-77	3,90	3,90	23,81	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

LOTE 43 - HOMOLOGADO - 07/11/2023 15:18:03
LOTE 43

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 43 Unidade: UNIDADE Marca: WAlau Modelo:
Descrição: DESCANSO APOIO PARA OS PES Valor Total: 5.999,40
Quantidade: 60 Valor Unit.: 99,99

CLASSIFICAÇÃO

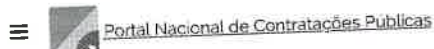
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LM SUPRIMENTOS LTDA	057	09.211.625/0001-77	125,00	99,99		Sim
2 F R LIMA CARLOS LTDA	081	12.033.172/0001-40	125,00	100,00	0,01	Sim

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 44/2024

Última atualização 02/07/2024

Local: Porto Alegre/RS Órgão: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL

Unidade compradora: 389465 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RS



Entrar

Data de divulgação no PNCP: 02/07/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 91335315000145-1-000050/2024 Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Locação de 24 unidades de notebook

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 9.240,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 9.240,00

Itens

Arquivos

Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Locação de equipamento - condicionamento físico Locação de equipamento - condicionamento físico	24	R\$ 385,00	R\$ 9.240,00	

Exibir 1 de 1 itens

Página



< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.754, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800 975.9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Município de Ponta Porã

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

VALOR TOTAL

R\$ 15.951,03

OBJETO

13/06/2024

PREVTPORÃ - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMATICA E MOBILIARIO

457

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ORÇÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - MFE	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	EXATA PAPELARIA EIRELI - ME	FAMAC MOVEIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTIC	NISHIKAWA E CIA LTDA	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I exo 001 Lote 001 Item	Especificações Notebook: - Processador 12ª geração Intel® Core™ i5-1235U (10-core, cache de 12MB, até 4.4 Ghz) - Armazenamento SSD interno de 1 TB. -Sistema operacional Window...	und 1,00	5.126,00	////	////	////	4.849,00	5.124,00	////	////	5.990,00	6.490,00	6.350,00	5.654,83 5.654,83	16,62%
I exo 001 Lote 002 Item	Suporte Quadrado Para Monitor De Mesa 20cm, com gaveta	UND 5,00	144,00	////	////	////	125,86	////	////	////	159,90	175,80	169,50	149,82 749,10	19,04%
I exo 001 Lote 003 Item	Suporte Para Gabinete CPU (carrinho)	UND 3,00	////	////	////	84,98	////	////	79,00	////	89,90	93,00	97,90	87,80 263,40	11,14%
I exo 001 Lote 004 Item	HD SSD Externo 1 TB Sandisk, USB, Leitura: 520MB/s - SDSSDE30-1T00-G25	UND 2,00	////	////	////	////	744,94	689,75	////	////	799,00	849,00	890,00	794,54 1.589,08	15,19%
I exo 001 Lote 005 Item	Webcam Logitech FullHD	UND 3,00	690,00	////	////	////	699,00	844,00	////	////	789,00	819,00	849,00	781,67 2.345,01	13,29%
I exo 001 Lote 006 Item	Apoio Descanso Base Suporte Ergonômico Para Os Pés.	UND 7,00	////	////	////	////	87,12	////	////	99,99	114,90	119,90	115,90	104,48 731,36	19,93%
I exo 001 Lote 007 Item	Suporte 2 Monitores Articulado De Mesa 15 A 32 Cm22h	UND 3,00	239,00	////	////	////	281,75	////	////	////	359,90	399,00	375,00	293,55 880,65	22,82%
I exo 001 Lote 008 Item	Mesa de 1,20m x 0,60m Anadeirado com 2 gavetas suspensas com chave. SUGESTÃO DE COR: CAFE/NARROM	UND 2,00	////	786,99	////	////	869,00	////	720,00	////	950,00	990,00	990,00	863,00 1.726,00	19,86%
I exo 001 Lote 009 Item	Cadeira Secretária Giratória Com Braços Reguláveis Estofada Preta	UND 2,00	////	////	////	////	930,00	960,00	////	////	990,00	1.099,00	1.050,00	1.005,80 2.011,60	8,15%



Município de Ponta Porã

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ORÇÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - MFE	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	EXATA PAPELARIA EIRELI - ME	FAMAC MOVEIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMTIC	NISHIKAWA E CIA LTDA	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
Valor total do anexo após análise			8.633,00	1.573,98	254,94	629,30	13.734,97	10.955,50	1.677,00	699,93	16.788,20	13.122,00	16.707,50		R\$ 15.951,03
Valor total geral do anexo			8.633,00	1.573,98	254,94	629,30	13.734,97	10.955,50	1.677,00	699,93	16.788,20	13.122,00	16.707,50		

Fol.: 104





INST DE PREV SOCIAL DOS SERVIDORES MUN DE PONTA PO
R 7 DE SETEMBRO

CNPJ : 01.990.043/0001-24

Nota de Autorização da Despesa

Fol: 105

Número da Cotação: 00003/24 Data: 09/08/2024 Registro de Preços = Não

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO

Ficha: 756
Unidade: 021704
Funcional: 09.272.0041.2193.0000
Catec. Econ.: 3.3.90.30.99

INSTITUTO DE PREVI.SERVIDORES MUNICIPAIS-PREVIPORÃ
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PREVIPORÃ
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Total Médio
Centro Custo 502 - Inst. de Previdência Social Serv. Mun. - PREVIPORA			7	104,48	731,36
1	001.060.922	APOIO DESCANSO	2	794,54	1.589,08
3	001.060.918	HD SSD EXTERNO 1 TB	3	293,55	880,65
6	001.060.923	SUPORTE 2 MONITORES ARTICULADOS	3	87,80	263,40
7	001.060.920	SUPORTE PARA GABINETE	5	149,82	749,10
8	001.060.919	SUPORTE QUADRADO PARA MONITOR	3	781,67	2.345,01
9	001.060.921	WEBCAM FULLHD.			

6.558,60

Total Ficha 756

Ficha: 764
Unidade: 021704
Funcional: 09.272.0041.2193.0000
Catec. Econ.: 4.4.90.52.99

INSTITUTO DE PREVI.SERVIDORES MUNICIPAIS-PREVIPORÃ
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PREVIPORÃ
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Total Médio
Centro Custo 502 - Inst. de Previdência Social Serv. Mun. - PREVIPORA			2	1.005,80	2.011,60
2	007.025.227	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA	2	863,00	1.726,00
4	007.025.226	MESA DE 1 20M X 0 60M	1	5.654,83	5.654,83
5	007.025.220	NOTEBOOK			

9.392,43

Total Ficha 764

TOTAL GERAL

15.951,03

Subanexo X
Pesquisa de Preços com Mapa Comparativo

UNIDADE GESTORA: PREVIPIRÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2024
NÚMERO DA LICITAÇÃO:

FONTES UTILIZADAS

LOTE ¹	ITEM	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ORÇÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BIL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - INFE	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	EXATA PAPELARIA EIRELI - ME	FAMAC MOVEIS PARA ESCRITORIO E INFORMATIC	NISHIKAWA & CIA LTD	Fórmula matemática adotada
1	Especificações Notebook: Processador Intel® Core™ i5-1235U (10 cores, cache de 12MB, até 4.4 GHz). Armazenamento SSD interno de 1 TB. Sistema operacional Windows 11 Pro, Português. Placa de vídeo Intel® UHD com memória gráfica compartilhada. Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120 Hz, WVA. Memória 8GB DDR4 (1x8GB) 2666MT/s. Expansível até 16GB (2x 8GB) 2666MT/s. Armazenamento SSD interno de 1 TB.	5.126,00	////	////	////	4.849,00	5.124,00	////	////	5.990,00	6.400,00	6.350,00	MÉDIA ARITMÉTICA ² 5.654,83
1	Supporte Quadro para Monitor De Mesa 20cm, com gaveta	144,00	////	////	////	84,98	////	////	////	159,90	275,00	169,50	149,82
1	Supporte Para Gabinete CPU (carimbo)	////	////	////	////	82,00	////	////	////	89,00	93,00	97,90	87,80
1	HD SSD Externo 1 TB Sandisk, USB, Leitura: 520MB/s - SDSSD130-1100-G2-5	600,00	////	////	////	744,94	685,75	////	////	799,00	849,00	890,00	794,54
1	Webcam Logitech FullHD	////	////	////	////	699,00	844,00	////	////	789,00	819,00	849,00	788,67
1	Apóio Descanso base Supporte Ergonômico Para Os Pés.	259,00	////	////	////	87,12	////	////	////	114,90	119,90	115,90	104,48
1	Supporte? Monitores Articulado De Mesa 15 A 32 Cm22n	////	////	////	////	781,79	////	////	////	359,90	399,00	375,00	293,15
1	Mesa de 1,20m x 0,60m Amarelado com 2 gavetas suspensas com chave. SUGESTÃO DE COR: CANT/AMARELO	786,99	////	////	////	869,00	////	720,00	////	950,00	990,00	985,00	861,00
1	Cadeira Secretária Giratória Com Braços Reguláveis Estofada Preta	////	////	////	////	910,00	960,00	////	////	990,00	1.099,00	1.050,00	1.003,80

Todos os valores foram considerados para o cálculo do preço final?	SIM	NÃO
Houve exclusão dos valores excessivamente elevados e/ou inconsistentes? ³	X	

Data: 14/04/2024

LARISSA GONÇALVES ALCAIDA
Setor de Compras

Director Presidente

¹ Se houver preverer esta coluna somente quando a licitação for por lote.
² Inclui o nome do método matemático utilizado para a definição do valor estimado (parâmetro de preço). Ex: média aritmética, mediana, etc.
³ Caso a resposta seja "sim", indicar em negrito ou em destaque os valores desconsiderados na tabela principal.

Importante:
Deve ser encaminhado no formato "PDF" toda a Pesquisa de Preço que instruiu o processo na peça denominada "PESQUISA DE PREÇO COM MAPA COMPARATIVO".
Nos casos de contratações públicas (Lei nº 13.303/2016) sob sigilo, basta a indicação do servidor responsável pela pesquisa.
É vedado a inserção de imagem, figuras ou TDI dentro da planilha.



SOLICITAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Considerando as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/21 e Resolução TC/MS nº 153/2021, autorizo a abertura do processo administrativo para a despesa solicitada, e a efetivação da Reserva Orçamentária, objetivando a **Contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO** conforme descrição detalhada no edital e termo de referência anexos que fazem parte do processo administrativo N. 9.565/2024.

Ponta Porã-MS, 05 de agosto de 2024.

Rafael Fração de Oliveira
Diretor Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 108

CI Nº 961/2024.

Ponta Porã, 05 de agosto de 2024.

Por meio desta, autorizo abertura de Processo Licitatório na modalidade de **Dispensa de Licitação** para contratação de empresa especializada para **Aquisição de Materiais de Informática e Mobiliário** conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência em anexo.

Atenciosamente.

Rafael Fração de Oliveira
Diretor Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 109

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Abertura de processo de licitação na **Modalidade Dispensa - Menor Preço Unitário** para contratação de empresa especializada para **Aquisição de Materiais de Informática e Mobiliário** para atender o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã – Previporã.

2. DA PARTICIPAÇÃO NOS ITENS

2.1. O Processo Licitatório deverá se submeter integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e, microempreendedor individual, (MEI), no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horários informados no Edital. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, àqueles que preenchem os requisitos do art. 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006. Conforme o art. 48, inciso I, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Considerando a lei supramencionada, os itens serão exclusivos para ME, EPP E MEI, desde que cumpra os requisitos previstos no arts. 48 e 49 da LC 123/2006.

a) Conforme a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, art. 48, inciso I, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

b) Considerando a lei supramencionada, os itens serão **exclusivos para ME, EPP E MEI**.

Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

- Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.
- Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município de Ponta Porã.
- Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal. Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Pública do Município de Ponta Porã.
- Estejam constituídas sob a forma de consórcio.
- Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas. Não se enquadrem na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Apoio Descanso Base Suporte Ergonômico Para os Pés.	UN	07	R\$ 104,48	R\$ 731,36
2	Cadeira Secretária Giratória com Braços Reguláveis Estofada preta.	UN	02	R\$ 1.005,80	R\$ 2.011,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol: 110

3	HD SSD Externo 1 TB, USB, Leitura.	UN	02	R\$ 794,54	R\$ 1.589,08
4	Mesa de 1,20m x 0,60m Amaduramento com 2 gavetas suspensa com chave. Sugestão de Cor: CAFÉ/MARRON.	UN	02	R\$ 863,00	R\$ 1.726,00
5	Especificações Notebook -Processador 12ª geração Intel Core i5-1235u (10-core, cache de 12MB, até 4.4 GHz) -Sistema operacional Windows 11 pro, Português. -Placa de Vídeo Intel UHD com memória gráfica compartilhada -Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120 Hz, WVA -Memória* 8GB DDR4 (1x8GB) 2666MT/s; Expansível até 16GB (2 slots soDIMM) -Armazenamento SSD interno de 1TB	UN	01	R\$ 5.654,83	R\$ 5.654,83
6	Suporte 2 Monitores Articulado de Mesa 15 a 32 Ctm22n.	UN	03	R\$ 293,55	R\$ 880,65
7	Suporte Para Gabinete CPU (carrinho).	UN	03	R\$ 87,80	R\$ 263,40
8	Suporte Quadrado Para Monitor de Mesa 20cm, com gaveta.	UN	05	R\$ 149,82	R\$ 749,10
9	Webcam FullHD.	UN	03	R\$ 781,67	R\$ 2.345,01
TOTAL				R\$ 15.951,03	

COTAÇÃO - 00003/24

4. DA JUSTIFICATIVA

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ponta Porã busca garantir um ambiente propício ao bem-estar e à eficiência de seus colaboradores, assim como à qualidade dos serviços prestados à comunidade. Para tanto, necessita da aquisição de mobiliários ergonômicos, como cadeiras ajustáveis e mesas adequadas. No que tange aos materiais de informática, há a necessidade de atualização a aquisição de novos equipamentos a fim de evitar uma execução lenta e ineficaz das tarefas administrativas, aumentando o tempo e o custo operacional.

5. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

5.1. Com efeito, dispõe o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, configura hipótese de dispensa de licitação para contratação serviços que envolva contratação inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) o qual foi atualizado pelo Decreto nº 11.871/23. Senão vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

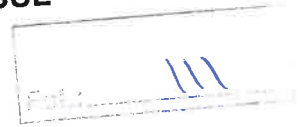
II— Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

Decreto nº 11.871/23:

Anexo — Atualização dos valores estabelecidos na lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 75, caput, inciso II—R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

5.2. Neste contexto, denota-se na proposta que o valor total não atinge o limite de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), mencionado acima, justificando-se, por conseguinte a dispensa de licitação para a pretendida contratação.



6. FUNDAMENTAÇÃO

6.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos se encontram pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

7. NORMAS LEGAIS

7.1. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Nova Lei de Licitação e Contratos), Lei Complementar 123/06.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- 8.2. Fornecer os itens de forma total de acordo com a solicitação da CONTRATANTE;
- 8.3. O fornecimento se dará por meio de documento em duas vias, uma das quais será devolvida com recibo do servidor responsável pelo recebimento e servirá de subsídio para emissão da Nota Fiscal;
- 8.4. Fornecer os produtos nas quantidades e prazos estipulados;
- 8.5. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente ajuste, tais como impostos, frete, taxas, seguros, materiais incidentes, enfim, tudo que for necessário ao fornecimento e entrega do produto ao Município de Ponta Porã;
- 8.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: Salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos objetos do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 8.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados e acidentes causados a terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do objeto deste contrato e mais as constantes da Proposta;
- 8.8. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.15. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.17. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.18. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.20. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. O CONTRATANTE obriga-se a:
- 9.2. Proporcionar todas as facilidades para que o(s) fornecedor(s) possa(m) cumprir sua(s) obrigação(ões) dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;
- 9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações descritas no Termo, e com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 9.4. Atestar a Nota Fiscal correspondente à execução do objeto desta licitação, por intermédio do gestor;
- 9.5. Efetuar o pagamento do objeto nos termos da Ata de Registro de Preço mediante Nota Fiscal devidamente atestada.



10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 10.1. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes, atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 10.2. A proponente deverá ofertar produto de primeira linha, respeitando as discriminações contidas no Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;
- 10.3. A Contratante poderá se recusar a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado a empresa, sem que a esta caiba direito de indenização;
- 10.4. O ato de recebimento dos produtos não importa em sua aceitação. A critério da Contratante os produtos serão submetidos à verificação. Cabe a Contratada a substituição dos produtos que vierem a ser recusadas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas sem nenhum custo para o Município;
- 10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- Os materiais a serem entregues obedecerão rigorosamente:
- a) as Normas da Legislação Aplicáveis;
 - b) as prescrições e recomendações dos fabricantes;
 - c) as normas da Contratante;
 - e) as disposições governamentais legais (pertinentes);
 - f) demais condições e/ou exigências contidas no Edital e seus Anexos;
- 10.6. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

11. SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021).

- 12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. DO VALOR ESTIMADO

- 13.1. O custo estimado total da presente contratação é de aproximadamente **R\$ 15.951,03 (Quinze mil, novecentos e cinquenta e um reais e três centavos)**;
- 13.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Folha: 113

14. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1. Todos os produtos deverão ser de 1º qualidade, em perfeito estado de conservação;
- 14.2. O Fornecedor deve cumprir as datas de entrega criteriosamente, sob pena de notificação e posterior suspensão do contrato;
- 14.3. Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- 14.4. Se a quantidade e a qualidade dos produtos entregues não correspondem às especificações exigidas neste Termo de Referência, a remessa do produto apresentado será devolvida à CONTRATADA para substituição, no prazo máximo de 03 (três) dias corrido, independente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 14.5. A contratada se obriga a substituir sem qualquer ônus para o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã, os produtos em desacordo com o solicitado, ou em estado de deterioração, sem condições de consumo ou que não atenderem alguma obrigação pertinente;
- 14.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (Três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e qualidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 14.7. Independente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **DISPENSA**, sob a forma **ELETRÔNICA. MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

Exigências de habilitação

- 15.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 15.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no Sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 15.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 15.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 15.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 15.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);
- 15.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- 15.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;



- 15.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
15.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
15.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
15.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

Qualificação Econômico-Financeira

- 15.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 16.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias do mês subsequente a entrega dos produtos, através de depósito bancário em conta corrente a ser fornecida pelo licitante vencedor, condicionado a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e a Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente;
16.2. O pagamento fica condicionado a que a empresa fornecedora atenda a todas as condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal;
a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;
b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
c) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
d) A comprovação da Regularidade Trabalhista (CNDT).

17. DA DECLARAÇÃO DE GARANTIA:

- 17.1. Os produtos, quando solicitados, devem ser entregues nas especificações e quantidades ofertadas. Dentro do prazo de vigência do contrato, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do(s) produto(s) desde que obedecidas às condições do Pedido de produtos, conforme previsão do edital da Licitação que precedeu a formalização desse contrato;
17.2. Os itens poderão ser rejeitados desacordo com as especificações ofertados nas propostas do referido certame ou irregulares;
17.3. A recusa da contratada em atender a substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento;
17.4. Caso o produto não corresponda ao ofertado e aceito, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias; a sua readequação visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

18. MULTA

- 18.1. A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da referida Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
18.2. A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será calculada em 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;
18.3. A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);



- 18.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo artigo. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 18.6. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 18.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 18.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;
- 18.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022;
- 18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Setor Tributário do Município de Ponta Porã MS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Folha: 116

19. FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO (Art. 337-L. do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940).

19.1. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

- I - Entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidades diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
 - II - Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
 - III - entrega de uma mercadoria por outra;
 - IV - Alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
 - V - Qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:
- Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

20. PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

20.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 06 (Seis) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 107, da Lei n.º 14.133/21.

21. LOCAL DA ENTREGA:

21.1. O Prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias uteis do envio da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento.

21.2. A entrega será realizada em dias uteis das 07:00 as 11:00, na sede do Previporã – Sítio a Rua Sete de Setembro nº 556 Centro.

22. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes desta contratação estão alinhadas aos seguintes instrumentos de planejamento: Plano Plurianual Lei Municipal nº 4.490 de 16 de dezembro de 2021 para o Quadriênio de 2022/2025 que tem como princípios entre outros a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, Lei Orçamentária Anual nº 4.610 de 15 de dezembro de 2023 para o Exercício de 2024 e Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 4.578 de 14 de julho de 2023;

22.2. As despesas da presente licitação poderão utilizar as seguintes dotações, previstas no Orçamento do Município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PONTA PORÃ - PREVIPORÃ

ÓRGÃO/OU	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROJETO	NAT. DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	FICHA
13.02	09.272.0041	2193	33.90.30.00	1.802.0000	756
13.02	09.272.0041	2193	44.90.52.00	1.802.0000	764

23. DA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1. O contrato deverá ser assinado pelo(s) licitante(s) vencedor(s) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação. O licitante que não assinar o contrato no prazo estabelecido será considerado adjudicatário faltoso, podendo incorrer a critério da Prefeitura Municipal de Ponta Porã – MS nas penalidades de: perda do direito a contratação, multa e/ou suspensão do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Ponta Porã – MS pelo prazo máximo de 02 (dois) anos;

23.2. Sendo faltoso o adjudicatário, a Prefeitura Municipal de Ponta Porã – MS poderá declarar a licitante classificada em 2º (segundo) lugar, como vencedora, nas condições de sua proposta, sendo analisadas as condições de habilitação da mesma;

23.3. Ocorrendo rescisão, por inadimplência total ou parcial do contratado, poderá o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã – Previporã, contratar as demais licitantes classificadas, na ordem de classificação, para fornecer, nas condições propostas pelo licitante vencedor,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Folha: 117

inclusive quanto ao preço devidamente corrigido, desde que a mesma atenda as condições de habilitação.

24. DO FISCAL DE CONTRATO

24.1. Ficará relacionado como fiscal e suplente de contrato os servidores relacionados abaixo:

GESTOR DE CONTRATOS	CPF	MATRÍCULA Nº:
NOME: Lucas dos Santos Toledo	985.073.381-00	26501

AGENTE DE CONTRATAÇÃO	CPF	MATRÍCULA Nº:
NOME: Joice do Carmo Matoso	006.537.451-76	3057

NOME	CPF	MATRÍCULA Nº:
Fiscal Titular: Reney José Nascimento Pedrozo	505.994.371-20	1301

COMPETÊNCIAS	
FISCAL	GESTOR
• Prestar informações a respeito da execução dos serviços e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada; • Manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas, quando cabível; • Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato; • Zelar pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização; • Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais; • Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação; • Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada; • Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis; • Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente a fiscalização do contrato; • Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da	• Acompanhar, sempre que possível, o andamento das contratações que ficarão sob sua responsabilidade; • Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato; • Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste; • Acompanhar o prazo de vigência do contrato; • Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato; • Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato; • Orientar o fiscal de contrato sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato; • Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho; • Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção; • Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente; • Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 118

prestação dos serviços;

- Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

- Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência;

- Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos.

- Conferir o atesto do fiscal de contrato e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

- Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

- Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do Art. 96, da Lei nº 14.133/2021;

- Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;

- Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;

- Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;

- Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;

- Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;

- Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;

- Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior.

25. DO REAJUSTE

25.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data limite para apresentação das propostas;

25.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Ponta Porã-MS, 05 de agosto de 2024


Valdemar Rebouças
Compras


Rafael Fração de Oliveira
Diretor Presidente

INST DE PREV SOCIAL DOS SERVIDORES MUN DE PONTA PO

R 7 DE SETEMBRO
CNPJ: 01.990.043/0001-24
Exercício: 2024

Fol.: 119

em : 06/08/2024 10:28

NOTA DE RESERVA ORÇAMENTARIA

Nº 17

Ficha Nº : **764** Processo Nº :

Unidade : 021704 INSTITUTO DE PREVI.SERVIDORES MUNICIPAIS-PREVIPORÃ

Funcional : 09.272.0041.2193.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PREVIPORÃ

Cat. Econ. : 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Código de Aplicação: 000 000 Fonte Recurso: 1302000

Cotação: Pedido:

Saldo Inicial	Alteração (+)	Alteração (-)	Empenhado	Saldo Atual
80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00

Data Histórico
05/08/2024

RESERVA JÁ UTILIZADA	0,00
RESERVA ANULADA	0,00
RESERVA REFORÇADA	0,00
SALDO DE RESERVA ANTERIOR	
SALDO DA RESERVA	15.951,03
SALDO ORÇAMENTÁRIO COM RESERVA	64.048,97
VALOR DA RESERVA	15.951,03



RAFAEL FRAÇÃO DE OLIVEIRA
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
REQUERIMENTO

120

AO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL
SETOR:CENTRAL DE COMPRAS

PROCESSO: 0000009565 / 2024

NOME DO REQUERENTE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE PONTA PORÃ - PREVIPORÃ
CPF/CNPJ 01990043000124
E-MAIL
Nº: COMPL:
CEP: 79.904-682
ENDEREÇO: 7 DE SETEMBRO
BAIRRO CENTRO
CIDADE: PONTA PORÃ
CELULAR
TELEFONE: (67) 34317564

VEM RESPEITOSAMENTE A PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA, REQUERER:

ASSUNTO: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO
REQUERIMENTO

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO
DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO
PONTA PORÃ 05/08/2024-09:04:04

REQUERENTE

USUÁRIO: ISABELLE APARECIDA RAMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ

PROCESSO: 0000009565 / 2024

DATA: 05/08/2024, HORA: 09:04:04

NOME DO REQUERENTE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE PONTA PORÃ - PREVIPORÃ
CPF/CNPJ 01990043000124

ASSUNTO: ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO
REQUERIMENTO:

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO
DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO



Decreto nº 9.457, de 30 de junho de 2023.

Regulamenta os procedimentos para realização de dispensas de licitação fundamentadas no inciso I do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de Ponta Porã/MS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PONTA PORÃ/MS**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, nos termos do inciso VII, do artigo 75 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, aquelas realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;

CONSIDERANDO que os incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 referem-se a possibilidade de aquisição de bens e contratação de serviços, mediante o procedimento de dispensa de licitação, a necessidade de estabelecer meios dinâmicos visando ao atendimento do princípio de eficiência, celeridade e efetividade e a necessidade de regulamentação no âmbito municipal do disposto no artigo 72 e da forma de realização da estimativa do valor disposta nos 1º e 2º do artigo 1º, ambos da citada lei;

DECRETA:

Art. 1º. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidades e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, Estudo Técnico Preliminar, análise de custos, termos de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II – estimativa de despesa, a ser realizada na forma prevista no art. 2º, deste Decreto;
- III – parecer jurídico e, quando necessários, pareceres técnicos, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



IV - demonstrando a compatibilidade da prestação de recursos orçamentários com a programação orçamentária;

V - comprovando de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários;

VI - justificativa da escolha do contratado, com a indicação da viabilidade de preço; e

VII - autorização da autoridade competente.

§ 1º. Para efeito do inciso I, deste artigo, o documento de formalização de demanda contemplará a demonstração da necessidade da contratação, com a indicação do interesse público envolvido.

§ 2º. O termo de referência da contratação deverá discriminar, de forma clara, simples e precisa, o objeto pretendido com a indicação das particularidades do bem, do produto ou do serviço, incluindo, dentre outras coisas, a quantidade, a unidade, as especificações técnicas, eventuais garantias e a forma de entrega ou de prestação. Deverá também informar o fiscal da contratação responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

§ 3º. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar será:

I - facultativa nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do artigo 75 e do 27º do artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - dispensável na hipótese do inciso III do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos;

III - dispensável, justificadamente, quando a contratação não envolver maior complexidade técnica, que possa ser descrita integralmente no documento de formalização de demanda, na forma do 1º deste artigo.

§ 4º. Em se tratando de contrato de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a existência de prejuízo para a execução dos padrões de desempenho e qualidade, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração dos demais projetos.

§ 5º. É dispensável a elaboração de projetos básicos em se tratando de contratação integrada, independentemente de qualquer outro requisito de acordo com o objeto definido pelo 1º e 2º parágrafos, e conservados os requisitos estabelecidos no inciso XVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.



123

Art. 3º. Na elaboração do parecer jurídico, de que trata o inciso III do artigo 1º, deste Decreto, a Procuradoria Geral do Município deverá:

(1) - apreciar o processo fático sob o conjunto de normas legais os preceitos de ordem jurídica que o rege;

(2) - revelar sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreensão de todos os elementos indispensáveis à construção e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Parágrafo Único. É dispensável a análise jurídica nos termos do art. 53, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 nas hipóteses: do baixo valor, baixa complexidade da contratação, compra imediata integral do bem ou a utilização de modelos de editais e instrumentos de contratação previamente padronizados pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 4º. Os requisitos de habilitação e de qualificação do contratado limitar-se-ão à jurídica, econômica, social e trabalhista, e econômico-financeira, nos termos dos artigos 63 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

11. A documentação de habilitação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a R\$ 4 mil quando do limite anual, e para dispensa de licitação para compras em geral, conforme previsto no art. 70, III, da Lei nº 10.520/2002.

2º) Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples, ou por qualquer outro meio expressamente admitido pelo Município, observando-se, facultativamente, a regra prevista no inciso IV do artigo 12, da Lei nº 14.133/2021.



Art. 6º. Será facultado o instrumento de contrato nos casos das dispensas em razão do valor, previstas nos incisos I e II, art. 75, da Lei nº 14.133/21, e nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor. Nesses casos o instrumento contratual poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

1º. O extrato do contrato, quando for o caso, deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, até 10 (dez) dias úteis, contados da sua assinatura, bem como disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Administração.

2º. Se a contratação se referir a profissional de setor artístico por inexigibilidade de licitação, a publicação do edital está identificando os custos do aluguel do artista, dos músicos ou da banda, assim como, se houver, os do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

Art. 7º. Para fins de aferição dos valores que atenderem aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser observados:

I - o somatório do que foi despendido no exercício financeiro de cada órgão da Administração, independentemente do setor ou secretaria requisitante;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos às contratações no mesmo ramo de atividade ou a participação econômica do mercado.

Parágrafo Único. Para fins do que dispõem os incisos I e II do ~~art. 75~~, na ocorrência de compras e contratações com base nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, a ~~inexistência de empresa~~ a contratação deverá ser levada em consideração para fins de aferição dos limites ~~contratados~~ nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 8º. No caso de contratação direta por inexigibilidade em razão da aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, de que trata o inciso I do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser demonstrada a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar a condição de exclusividade.



Art. 9º. A contratação direta por inexigibilidade de preço, do profissional do setor artístico, a que se refere o inciso II do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, deverá ser realizada diretamente com o artista ou com seu empresário exclusivo, assim considerado a pessoa física ou jurídica que possua contrato, de curta ou longa duração ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, atestada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

Art. 10. A inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, de que trata o inciso III do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, exigirá a comprovação no processo administrativo de que o contratado detenha, no campo de sua especialização, experiência, desempenho anterior, estudos, publicações, organização, aparelhamentos, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, de modo que se permita inferir que o seu trabalho é essencial e exclusivamente necessário à plena execução do objeto do contrato, e que não se possa contratar com empresa ou profissional de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Art. 11. Na inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel, prevista no inciso V do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, deverá constar do processo administrativo:

- I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;
- II - verificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam a finalidade;
- III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou alugado pelo Município e que evidenciem vantagem para ele.

Art. 12. No caso de contratações diretas a ser realizadas com recursos de transferência voluntária oriundas da União, deverá ser observada a Instrução Normativa S/GF nº 12 de 8 de julho de 2009, ou outra que vier a sucedê-la, e que se refere ao Sistema de Dispensa Eletrônica.

Art. 13. Estarão dispensadas de formalização de processo administrativo as contratações diretas realizadas por meio de suprimento de fundos, conforme regulamento próprio do Município.



Parágrafo Único: Fica facultado o uso de dispositivos eletrônicos para a prestação de serviços regulamentada no âmbito deste Município.

Art. 14. A Procuradoria Geral do Município poderá editar normas, regulamentos e demais normativos complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 15. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetros obrigatórios do Município de Ponta Porã, considerar-se em vigor na data da publicação deste Decreto.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 30 de junho de 2021


EDUARDO ESGAIB CAMPOS
Prefeito Municipal

III – Membros:

a)
indicados pelos respectivos ordenadores.

Representantes das Secretarias, dos Fundos, das Autarquias e das Fundações,

Ass: 127

Art. 2º. Compete a Comissão de Orçamento de tratar o artigo anterior:

- I – Instruir e auxiliar todas as secretarias e seus respectivos gestores na elaboração da sua proposta orçamentária;
- II – Analisar e selecionar, juntamente com os Secretários e Assessores, as propostas orçamentárias de cada unidade, para composição da proposta orçamentária global;
- III – Elaborar a proposta global de orçamento, após a análise técnico-financeira das propostas apresentadas pelos Secretários;
- IV – Coordenar as ações e atividade para montagem da proposta orçamentária municipal, bem como o material para a realização da Audiência Pública para o exercício financeiro de 2024;
- V – Providenciar o encaminhamento das propostas apresentadas pelas secretarias aos gestores para posterior encaminhamento aos respectivos conselhos, quando necessário para avaliação e aprovação.

Art. 3º. As Secretarias, os Fundos, as Fundações e as Autarquias que compõe o Poder Executivo, darão todo apoio necessário, através de seus Secretários e Técnicos, para realização da proposta orçamentária de 2024.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 05 de julho de 2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 9.506, DE 06 DE JULHO DE 2023

“Dispõe sobre o cumprimento parcial de infraestrutura do Loteamento Riviera Boulevard Residence Resort e Baixa parcial de caução”.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o requerimento formulado pela loteadora, empresa Carbonera e Cia Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.616.650/0001-90, pleiteando a liberação da caução dos lotes de nº 10 a 12, da quadra nº 06; lotes nº 04 a 17, da quadra nº 13; lotes nº 01 e 27, da quadra nº 17, os quais foram avaliados no valor de R\$ 1.691.230,82 (um milhão seiscentos e noventa e um mil duzentos e trinta reais e oitenta e dois centavos) e, “Área D-3”, avaliada no valor de R\$ 47.409,30 (quarenta e sete mil, quatrocentos e nove reais e trinta centavos), os quais atribuem o valor total de R\$ 1.738.640,12 (um milhão setecentos e trinta e oito mil seiscentos e quarenta reais e doze centavos) caucionados como parte da garantia para execução das obras necessárias do Loteamento Riviera Boulevard Residence Resort;

Considerando o parecer técnico da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo atestando a execução parcial da infraestrutura totalizando o valor de R\$ 2.348.277,00 (dois milhões trezentos e quarenta e oito mil e duzentos e setenta e sete reais);

DECRETA:

Art. 1º - Ficam liberados para a baixa da caução os lotes de terras identificados sob lote nº 10 (matrícula n.º 62.457 do Registro de Imóveis); lote nº 11 (matrícula n.º 62.458 do Registro de Imóveis); lote nº 12 (matrícula n.º 62.459 do Registro de Imóveis) – todos da Quadra 06, do Loteamento Bela Vista; lote nº 04 (matrícula n.º 62.633 do Registro de Imóveis); lote nº 05 (matrícula n.º 62.634 do Registro de Imóveis); lote nº 06 (matrícula n.º 62.635 do Registro de Imóveis); lote nº 07 (matrícula n.º 62.636 do Registro de Imóveis); lote nº 08 (matrícula n.º 62.637 do Registro de Imóveis); lote nº 09 (matrícula n.º 62.638 do Registro de Imóveis); lote nº 10 (matrícula n.º 62.639 do Registro de Imóveis); lote nº 11 (matrícula n.º 62.640 do Registro de Imóveis); lote nº 12 (matrícula n.º 62.641 do Registro de Imóveis); lote nº 13 (matrícula n.º 62.642 do Registro de Imóveis); lote nº 14, (matrícula n.º 62.643 do Registro de Imóveis); lote nº 15 (matrícula n.º 62.644 do Registro de Imóveis); lote nº 16 (matrícula n.º 62.645 do Registro de Imóveis) e lote nº 17 (matrícula n.º 62.646 do Registro de Imóveis) – todos da Quadra 13 do Loteamento Bela Vista; lote nº 01 (matrícula n.º 62.747 do Registro de Imóveis); lote nº 22 (matrícula n.º 62.768 do Registro de Imóveis) – todos da Quadra 17 do Loteamento Bela Vista e Lote denominado “Área D-3 com área de 1.290,05m², localizado no Contorno Verde, matrícula 65.368 do registro de imóveis de Ponta Porã, MS;

Parágrafo Único - Em face das liberações mencionadas no caput, fica o Cartório de Registro de Imóveis local, autorizado a proceder a baixa das respectivas cauções indicadas no caput deste artigo.

Art. 2º - Permanecerão caucionados e não poderão ser comercializados, antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução, os seguintes lotes:

- I – Lote de terreno urbano especialmente denominado “Área D-4”, Matrícula n.º 65.369 do Registro de Imóveis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 05 de julho de 2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.457, DE 30 DE JUNHO DE 2023.

Regulamenta os procedimentos para realização de dispensas de licitação fundamentadas nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de Ponta Porã/MS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTA PORÃ/MS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, nos termos do inciso VII, do artigo 75 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, àquelas a serem realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;

CONSIDERANDO que os incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 referem-se à possibilidade de aquisição de bens e contratação de serviços, mediante o procedimento de dispensa de licitação, a necessidade de estabelecer meios dinâmicos visando ao atendimento do princípio da eficiência, eficácia e efetividade e a necessidade de regulamentação no âmbito municipal do disposto no artigo 72 e da forma de realização da estimativa do valor disposta nos §§ 1º e 2º do artigo 23, ambos da citada lei;

DECRETA:

Art. 1º. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidades e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, Estudo Técnico Preliminar, análise de riscos, termos de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II – estimativa de despesa, a ser realizada na forma prevista no art. 2º, deste Decreto;
- III – parecer jurídico e, quando necessários, pareceres técnicos, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI – justificativa da escolha do contratado, com a indicação da viabilidade de preço; e
- VII – autorização da autoridade competente.

§ 1º. Para efeito do inciso I, deste artigo, o documento de formalização de demanda conterá a descrição da necessidade da contratação, com a indicação do interesse público envolvido.

§ 2º. O termo de referência da contratação deverá discriminar, de forma clara, sucinta e precisa, o objeto pretendido com a indicação das particularidades do bem, do produto ou do serviço, contendo, dentre outras coisas, a quantidade, a unidade, as especificações técnicas eventuais, garantias e a forma de entrega ou de prestação. Deverá também informar o fiscal da contratação responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

§ 3º. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar, será:

- I – facultativa nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do artigo 75 e do § 7º do artigo 90, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- II – dispensável na hipótese do inciso III do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos;
- III – dispensável, justificadamente, quando a contratação não envolver maior complexidade técnica, que possa ser descrita integralmente no documento de formalização de demanda, na forma do § 1º, deste artigo.

§ 4º. Em se tratando de contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a atenção dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração dos demais projetos.

§ 5º. É dispensada a elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto de acordo com metodologia definida pelo setor requisitante, observados os requisitos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º. A estimativa de despesa para as contratações diretas e por meio de licitações está definida no Decreto Municipal nº 9.374, de 30 de janeiro de 2023, o qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Art. 3º. Na elaboração do parecer jurídico, de que trata o inciso III do artigo 1º, deste Decreto, a Procuradoria Geral do Município deverá:

- I – apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos previstos de atribuição de prioridade;
 - II – redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.
- Parágrafo Único. É dispensável a análise jurídica nos termos do art. 53, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 nas hipóteses: do baixo valor, baixa complexidade da contratação, entrega imediata e integral do bem ou a utilização de minutos de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 4º. Os requisitos de habilitação e de qualificação do contratado limitar-se-ão à jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos artigos 53 a 69, da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º. A documentação de habilitação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite atualizado para dispensa de licitação para compras em geral, conforme previsto no art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por qualquer outro meio expressamente admitido pelo Município, observando-se, facultativamente, a regra prevista no inciso IV do artigo 12, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º. O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido no sítio eletrônico oficial do órgão.

Art. 6º. Será facultado o instrumento de contrato nos casos das dispensas em razão do valor, previsto nos incisos I e II, art. 75, da Lei nº 14.133/21, e nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, das quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto

a assistência técnica, independentemente do valor. Nesses casos o instrumento contratual poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§1º O extrato do contrato, quando for o caso, deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, até 10 (dez) dias úteis, contados da sua assinatura, além de disponibilizado no site eletrônico oficial da Administração.

§2º Se a contratação se referir a profissional do setor artístico por inexigibilidade de licitação, na publicação deverão estar identificados os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, assim como, se houver, os de transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

Art. 7º. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro de cada órgão da Administração, independentemente do setor ou secretaria requisitante;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos às contratações no mesmo ramo de atividade ou a participação econômica do mercado.

Parágrafo Único. Para fins do que dispõem os incisos I e II do caput, na ocorrência de compras e contratações com base nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, o valor com as despesas já realizadas deverá ser levado em consideração para fins de utilização dos novos limites estabelecidos no inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 8º. No caso de contratação direta por inexigibilidade em razão da aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, de que trata o inciso I do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, deverá ser demonstrada a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idoneo capaz de comprovar a ausência de exclusividade.

Art. 9º. A contratação direta por inexigibilidade de profissional do setor artístico, a que alude o inciso II do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, deverá ser realizada diretamente com o artista ou com seu empresário exclusivo, assim considerado a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

Art. 10. A inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, de que trata o inciso III do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, exigirá a comprovação no processo administrativo de que o contratado detenha, no campo de sua especialização, experiência, desempenho anterior, estudos, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, de modo que se permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato, vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Art. 11. Na inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel, prevista no inciso V do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, deverá constar do processo administrativo:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quer do imprescindíveis às necessidades de utilização e do prazo de amortização dos investimentos;

II - verificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Art. 12. No caso de contratações diretas a ser realizadas com recursos de transferências voluntárias oriundas da União, deverá ser observada a Instrução Normativa SEGES nº 67, de 8 de julho de 2021, ou outra que vier a sucedê-la, no que se refere ao Sistema de Dispensa Eletrônica.

Art. 13. Estarão dispensadas de formalização de processo administrativo as contratações diretas realizadas por meio de suprimento de fundos, conforme regulamento próprio do Município.

Parágrafo Único. Fica facultado o uso da dispensa eletrônica que, caso adotada, deverá ser regulamentada no âmbito deste Município.

Art. 14. A Procuradoria Geral do Município poderá editar normas, regulamentos e demais normativos complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de protocolos necessários à contratação.

Art. 15. Nas referências a utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo do Município de Ponta Porã, considerar-se-á a redação em vigor na data da publicação deste Decreto.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 30 de junho de 2023.

EDUARDO ESGAIB CAMPOS
Prefeito Municipal



CIDADE DE
**PONTA
PORÃ**
FÉ, ESPERANÇA E CULTURA

Decreto n. 9.586, de 23 de outubro de 2023.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, pelo período de 02 (dois) anos a contar da publicação deste Decreto, os servidores relacionados abaixo como Agente de Contratação e membros da equipe de apoio, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações no Município de Ponta Porã, em conformidade com o disposto do art. 8º, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - Joice do Carmo Matoso - Agente de Contratação;
- II - Helena Brites Insaurraldes - Agente de Contratação Substituta;
- III - Daniella Yukari Yamakawa - Equipe de apoio;
- IV - Lilian Daiane Cardena Arce - Equipe de Apoio;
- V - Anderson Luiz Gracia Amorin - Equipe de Apoio;
- VI - Neyde Aparecida Ciliac Tavares - Equipe de Apoio;
- VII - Leonor Prieto - Equipe de Apoio;
- VIII - Caroline Daniele Teodoro - Equipe de Apoio

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 23 de outubro de 2023.


Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

07.01	15.451.0044	1024	44 90 39	1.754.0000	047
-------	-------------	------	----------	------------	-----

Fundamento Legal: art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b" e §1º da Lei 8.666/1993 e Parecer PGM nº 1.839/2023.
Data da Assinatura: 23.10.2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 211/2020 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ E INFINITY TECNOLOGIAS EIRELI ME, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020.

Representante das Partes: Sr. Eduardo Esgaib Campos e Sr. Helio Carrilho Modesto Junior.

Objeto do Aditamento: Por meio do presente termo aditivo, as partes promovem a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/10/2023, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), bem como procedem à alteração quantitativa/qualitativa do instrumento, para o acréscimo em percentual de aproximadamente 15%, equivalente a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme especificações constantes na CI nº 1.143/2023/SMA e no Parecer PGM nº 1811/2023.

Justificativa: Conforme consignado na CI nº 1.143/2023/SMA e no Parecer PGM/PP nº 1811/2023, a situação está devidamente justificada, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 65, inciso I, alínea "b", §1º da Lei 8.666/1993, em virtude da necessidade de continuação e o acréscimo dos serviços de consultoria e assessoria, referente ao planejamento estratégico, contratações e fiscalizações, junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico – CODECOM, com a finalidade de identificar e planejar eixos estratégicos.

Dotação Orçamentária:

Órgão/UO	Função Programática	Projeto	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Ficha
05.01	04.122.0001	2006	33.90.39	1.500.0000	034

Data da Assinatura: 02.10.2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

Decreto

DECRETO Nº 9.579, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispõe sobre a aplicação de penalidade de servidor constante do quadro efetivo do Município de Ponta Porã e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- A instauração e conclusão de processo administrativo e disciplinar contra o servidor **Ramão Ismael Rodrigues Colman, matriculado sob nº 1895-1, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no cargo de Vigia, sob vínculo efetivo, onde se apurou o descumprimento de obrigações funcionais;**
- A decisão proferida nos autos do mencionado processo administrativo onde se decidiu pela aplicação de penalidade prevista no artigo 222, da Lei Complementar nº 121, de 12 de agosto de 2014.

DECRETA:

Artigo 1º - Com fulcro no artigo 222, da Lei Complementar nº 121, de 12 de agosto de 2014, fica demitido do quadro de servidores efetivos do Município de Ponta Porã, por abandono de emprego e prática de conduta desidiosa, o servidor **Ramão Ismael Rodrigues Colman, matrícula nº 1895-1, lotado na Secretaria Municipal de Administração, na função de Vigia.**

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, MS, 23 de outubro de 2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

DECRETO N. 9.586, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, pelo período de 02 (dois) anos a contar da publicação deste Decreto, os servidores relacionados abaixo como Agente de Contratação e membros da equipe de apoio, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações no Município de Ponta Porã, em conformidade com o disposto do art. 8º, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I – Joice do Carmo Matoso – Agente de Contratação;
II – Helena Brites Insaurraldes – Agente de Contratação Substituta;
III – Daniella Yukari Yamakawa – Equipe de apoio;
IV – Lilian Daiane Cardena Arce – Equipe de Apoio;
V – Anderson Luiz Gracia Amorin – Equipe de Apoio;
VI – Neyde Aparecida Ciliax Tavares – Equipe de Apoio;
VII – Leonor Prieto – Equipe de Apoio;
VIII – Caroline Daniele Teodoro – Equipe de Apoio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 23 de outubro de 2.023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

DECRETO N. 9.588, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, pelo período de 02 (dois) anos a contar da publicação deste Decreto, os servidores relacionados abaixo como Agente de Contratação e membros da equipe de apoio, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações no Município de Ponta Porã, em conformidade com o disposto do art. 8º, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I – Vanesa Ajala de Oliveira Crespo – Agente de Contratação;
II – Lilian Daiane Cardena Arce – Agente de Contratação Substituta;
III – Daniella Yukari Yamakawa – Equipe de apoio;
IV – Anderson Luiz Gracia Amorin – Equipe de Apoio;
V – Neyde Aparecida Ciliax Tavares – Equipe de Apoio;
VI – Leonor Prieto – Equipe de Apoio;
VII – Helena Brites Insaurraldes – Equipe de Apoio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 23 de outubro de 2.023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

DECRETO N. 9.587, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, pelo período de 02 (dois) anos a contar da publicação deste Decreto, os servidores relacionados abaixo como Agente de Contratação e membros da equipe de apoio, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações no Município de Ponta Porã, em conformidade com o disposto do art. 8º, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I – Juliana Silveira Manosso Caffarena – Agente de Contratação;
II – Caroline Daniele Teodory – Agente de Contratação Substituta;
III – Daniella Yukari Yamakawa – Equipe de apoio;
IV – Lilian Daiane Cardena Arce – Equipe de Apoio;
V – Anderson Luiz Gracia Amorin – Equipe de Apoio;
VI – Neyde Aparecida Ciliax Tavares – Equipe de Apoio;
VII – Leonor Prieto – Equipe de Apoio;
VIII – Helena Brites Insaurraldes – Equipe de Apoio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 23 de outubro de 2.023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ: 133
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MINUTA AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XX/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.565/2024

O Município de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul, com sede à Rua Guia Lopes, 663, centro, nesta cidade de Ponta Porã-MS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.434.792/0001-09, torna-se público que realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: XX/XX/2024

Horário da Fase de Lances: 06h00min às 12h00min (horário de Brasília)

Local de Realização: Portal de Compras BR – www.comprasbr.com.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

1. OBJETO NA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada para Aquisição de **Materiais de Informática e Mobiliário** para atender o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã - PREVIPORÃ.

1.2. As condições gerais de contratação estão dispostas conforme Termo de Referência (ANEXO II).

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras BR e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO e seu(s) anexo(s);



134

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.4. O Processo Licitatório deverá se submeter integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e, microempreendedor individual, (MEI), no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horários informados no Edital. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, àqueles que preenchem os requisitos do art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

a) Conforme a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, art. 48, inciso I, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

b) Considerando a lei supramencionada, o item será **exclusivo para ME, EPP E MEI**, desde que cumpra os requisitos previstos nos arts. 48 e 49 da LC 123/2006.

2.6. As licitantes deverão comprovar o enquadramento como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)**, conforme cada caso, através dos seguintes documentos e/ou equivalentes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 135

- a) **Certidão Simplificada**, expedida pela Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, ou
- b) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, expedido gratuitamente pelo Portal do Empreendedor – MEI (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>) e
- c) **Declaração de Enquadramento de Porte Empresarial (MEI/ME/EPP)**, conforme Anexo III ou equivalente.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica Compras BR, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.



Fol: 136

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO**.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. A Administração solicitará ao participante melhor classificado que, no prazo informado no "chat", envie a proposta adequada ao último lance ofertado e anexe os documentos de habilitação.

5.3. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas pela Administração.

5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada dos documentos de habilitação e documentos complementares, se necessários.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. Contiver vícios insanáveis;

5.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.7.1. Em conformidade com o Artigo 59, § 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.7.2. A critério da Administração, poderá ser exigido a comprovação/demonstração da exequibilidade da proposta apresentada, sendo desclassificada a empresa que não tiver sua exequibilidade demonstrada no prazo solicitado.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo informado no "chat", sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será emitido instrumento contratual ou documento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

7.3. A assinatura do Contrato ou de documento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO e seus anexos;

7.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.2. As providências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

140

finalidade e a segurança da contratação.

8.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.10. Em caso de divergência entre disposições deste AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.12. Integram este AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE PORTE EMPRESARIAL (MEI/ME/EPP);

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE QUE CUMPREM COM O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO;

Ponta Porã - MS, 12 de Agosto de 2024.

Joice do Carmo Matoso

Agente de Contratação da Secretaria Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo licitante melhor colocado na fase de lances ou detentor da proposta de melhor valor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada
- EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.3. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 192

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;

1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante.

1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.6. DAS DECLARAÇÕES:

1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III.

1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa:

- a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;
- b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante;
- d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.



Fol.: 144

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Abertura de processo de licitação na **Modalidade Dispensa - Menor Preço Unitário** para contratação de empresa especializada para **Aquisição de Materiais de Informática e Mobiliário** para atender o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã – Previporã.

2. DA PARTICIPAÇÃO NOS ITENS

2.1. O Processo Licitatório deverá se submeter integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e, microempreendedor individual, (MEI), no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horários informados no Edital. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, àqueles que preenchem os requisitos do art. 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006. Conforme o art. 48, inciso I, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Considerando a lei supramencionada, os itens serão exclusivos para ME, EPP E MEI, desde que cumpra os requisitos previstos no arts. 48 e 49 da LC 123/2006.

a) Conforme a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, art. 48, inciso I, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

b) Considerando a lei supramencionada, os itens serão **exclusivos para ME, EPP E MEI**.

Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

a) Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

b) Estiverem suspensas para licitar e contratar com o Município de Ponta Porã.

c) Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal. Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Pública do Município de Ponta Porã.

d) Estejam constituídas sob a forma de consórcio.

e) Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas. Não se enquadrem na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUAN T.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Apoio Descanso Base Suporte Ergonômico Para os Pés.	UN	07	R\$ 104,48	R\$ 731,36
2	Cadeira Secretária Giratória com Braços Reguláveis Estofada preta.	UN	02	R\$ 1.005,80	R\$ 2.011,60
3	HD SSD Externo 1 TB, USB, Leitura.	UN	02	R\$ 794,54	R\$ 1.589,08
4	Mesa de 1,20m x 0,60m Amaduramento com 2 gavetas suspensa com chave. Sugestão de Cor: CAFÉ/MARRON.	UN	02	R\$ 863,00	R\$ 1.726,00
5	Especificações Notebook -Processador 12º geração Intel Core i5-1235u (10-core, cache de 12MB, até 4.4 GHz) -Sistema operacional Windows 11 pro, Português. -Placa de Vídeo Intel UHD com memória gráfica compartilhada -Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120 Hz, WVA -Memória* 8GB DDR4 (1x8GB) 2666MT/s; Expansível até 16GB (2 slots soDIMM) -Armazenamento SSD interno de 1TB	UN	01	R\$ 5.654,83	R\$ 5.654,83
6	Suporte 2 Monitores Articulados de Mesa 15 a 32 Ctm22n.	UN	03	R\$ 293,55	R\$ 880,65
7	Suporte Para Gabinete CPU (carrinho).	UN	03	R\$ 87,80	R\$ 263,40
8	Suporte Quadrado Para Monitor de Mesa 20cm, com gaveta.	UN	05	R\$ 149,82	R\$ 749,10
9	Webcam FullHD.	UN	03	R\$ 781,67	R\$ 2.345,01
TOTAL				15.951,03	R\$

COTAÇÃO - 00003/24



Fol.: 146

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

4. DA JUSTIFICATIVA

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ponta Porã busca garantir um ambiente propício ao bem-estar e à eficiência de seus colaboradores, assim como à qualidade dos serviços prestados à comunidade. Para tanto, necessita da aquisição de mobiliários ergonômicos, como cadeiras ajustáveis e mesas adequadas. No que tange aos materiais de informática, há a necessidade de atualização a aquisição de novos equipamentos a fim de evitar uma execução lenta e ineficaz das tarefas administrativas, aumentando o tempo e o custo operacional.

5. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

5.1. Com efeito, dispõe o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, configura hipótese de dispensa de licitação para contratação serviços que envolva contratação inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) o qual foi atualizado pelo Decreto nº 11.871/23. Senão vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II— Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

Decreto nº 11.871/23:

Anexo — Atualização dos valores estabelecidos na lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 75, caput, inciso II—R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

5.2. Neste contexto, denota-se na proposta que o valor total não atinge o limite de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), mencionado acima, justificando-se, por conseguinte a dispensa de licitação para a pretendida contratação.

6. FUNDAMENTAÇÃO

6.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos se encontram pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

7. NORMAS LEGAIS

7.1. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Nova Lei de Licitação e Contratos), Lei Complementar 123/06.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

8.2. Fornecer os itens de forma total de acordo com a solicitação da CONTRATANTE;

8.3. O fornecimento se dará por meio de documento em duas vias, uma das quais será devolvida com recibo do servidor responsável pelo recebimento e servirá de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

subsídio para emissão da Nota Fiscal;

8.4. Fornecer os produtos nas quantidades e prazos estipulados;

8.5. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente ajuste, tais como impostos, frete, taxas, seguros, materiais incidentes, enfim, tudo que for necessário ao fornecimento e entrega do produto ao Município de Ponta Porã;

8.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: Salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos objetos do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

8.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados e acidentes causados a terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do objeto deste contrato e mais as constantes da Proposta;

8.8. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.15. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.17. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.18. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.20. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

9.2. Proporcionar todas as facilidades para que o(s) fornecedor(s) possa(m) cumprir sua(s) obrigação(ões) dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações descritas no Termo, e com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

9.4. Atestar a Nota Fiscal correspondente à execução do objeto desta licitação, por intermédio do gestor;

9.5. Efetuar o pagamento do objeto nos termos da Ata de Registro de Preço



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

10.1. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes, atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

10.2. A proponente deverá ofertar produto de primeira linha, respeitando as discriminações contidas no Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;

10.3. A Contratante poderá se recusar a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado a empresa, sem que a esta caiba direito de indenização;

10.4. O ato de recebimento dos produtos não importa em sua aceitação. A critério da Contratante os produtos serão submetidos à verificação. Cabe a Contratada a substituição dos produtos que vierem a ser recusadas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas sem nenhum custo para o Município;

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Os materiais a serem entregues obedecerão rigorosamente:

a) as Normas da Legislação Aplicáveis;

b) as prescrições e recomendações dos fabricantes;

c) as normas da Contratante;

e) as disposições governamentais legais (pertinentes);

f) demais condições e/ou exigências contidas no Edital e seus Anexos;

10.6. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

11. SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021).

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. DO VALOR ESTIMADO

13.1. O custo estimado total da presente contratação é de aproximadamente **R\$ 15.951,03 (Quinze mil, novecentos e cinquenta e um reais e três centavos)**;

13.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.

14. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. Todos os produtos deverão ser de 1º qualidade, em perfeito estado de conservação;

14.2. O Fornecedor deve cumprir as datas de entrega criteriosamente, sob pena de notificação e posterior suspensão do contrato;

14.3. Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;

14.4. Se a quantidade e a qualidade dos produtos entregues não correspondem às especificações exigidas neste Termo de Referência, a remessa do produto apresentado será devolvida à CONTRATADA para substituição, no prazo máximo de 03 (três) dias corrido, independente da aplicação das penalidades cabíveis;

14.5. A contratada se obriga a substituir sem qualquer ônus para o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã, os produtos em desacordo com o solicitado, ou em estado de deterioração, sem condições de consumo ou que não atenderem alguma obrigação pertinente;

14.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (Três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e qualidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

14.7. Independente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 150

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **DISPENSA**, sob a forma **ELETRÔNICA. MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

Exigências de habilitação

15.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

15.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no Sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

15.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

15.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

15.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;



Fol: 151

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

15.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

15.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

Qualificação Econômico-Financeira

15.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

16.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias do mês subsequente a entrega dos produtos, através de depósito bancário em conta corrente a ser fornecida pelo licitante vencedor, condicionado a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e a Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente;

16.2. O pagamento fica condicionado a que a empresa fornecedora atenda a todas as condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal;

a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d) A comprovação da Regularidade Trabalhista (CNDT).

17. DA DECLARAÇÃO DE GARANTIA:

17.1. Os produtos, quando solicitados, devem ser entregues nas especificações e quantidades ofertadas. Dentro do prazo de vigência do contrato, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do(s) produto(s) desde que obedecidas às condições do Pedido de produtos, conforme previsão do edital da Licitação que precedeu a formalização desse contrato;

17.2. Os itens poderão ser rejeitados desacordo com as especificações ofertados nas propostas do referido certame ou irregulares,

17.3. A recusa da contratada em atender a substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento;

17.4. Caso o produto não corresponda ao ofertado e aceito, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias; a sua readequação visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

18. MULTA

18.1. A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da referida Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.2. A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será calculada em 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato lícito ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;

18.3. A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo artigo. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

18.6. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133,



153

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

18.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

18.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

18.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022;

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Setor Tributário do Município de Ponta Porã MS.

19. FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO (Art. 337-L. do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940).

19.1. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 154

- I - Entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidades diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
 - II - Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
 - III - entrega de uma mercadoria por outra;
 - IV - Alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
 - V - Qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:
- Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

20. PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

20.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 06 (Seis) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 107, da Lei n.º 14.133/21.

21. LOCAL DA ENTREGA:

21.1. O Prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias uteis do envio da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento.

21.2. A entrega será realizada em dias uteis das 07:00 as 11:00, na sede do Previporã – Sítio a Rua Sete de Setembro n° 556 Centro.

22. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes desta contratação estão alinhadas aos seguintes instrumentos de planejamento: Plano Plurianual Lei Municipal n° 4.490 de 16 de dezembro de 2021 para o Quadriênio de 2022/2025 que tem como princípios entre outros a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, Lei Orçamentária Anual n° 4.610 de 15 de dezembro de 2023 para o Exercício de 2024 e Lei de Diretrizes Orçamentárias n° 4.578 de 14 de julho de 2023;

22.2. As despesas da presente licitação poderão utilizar as seguintes dotações, previstas no Orçamento do Município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PONTA PORÃ - PREVIPORÃ

ÓRGÃO/ UO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROJETO	NAT. DA DESPESA	FONTE RECURSOS	DE FICHA
13.02	09.272.0041	2193	33.90.30.00	1.802.0000	756
13.02	09.272.0041	2193	44.90.52.00	1.802.0000	764

23. DA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1. O contrato deverá ser assinado pelo(s) licitante(s) vencedor(s) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação. O licitante que não assinar



Fol.: 155

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

o contrato no prazo estabelecido será considerado adjudicatário faltoso, podendo incorrer a critério da Prefeitura Municipal de Ponta Porã – MS nas penalidades de: perda do direito a contratação, multa e/ou suspensão do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Ponta Porã - MS pelo prazo máximo de 02 (dois) anos;

23.2. Sendo faltoso o adjudicatário, a Prefeitura Municipal de Ponta Porã – MS poderá declarar a licitante classificada em 2º (segundo) lugar, como vencedora, nas condições de sua proposta, sendo analisadas as condições de habilitação da mesma;

23.3. Ocorrendo rescisão, por inadimplência total ou parcial do contratado, poderá o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã – Previporã, contratar as demais licitantes classificadas, na ordem de classificação, para fornecer, nas condições propostas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço devidamente corrigido, desde que a mesma atenda as condições de habilitação.

24. DO FISCAL DE CONTRATO

24.1. Ficará relacionado como fiscal e suplente de contrato os servidores relacionados abaixo:

GESTOR DE CONTRATOS		
NOME:	CPF	ATRÍCULA Nº:
Lucas dos Santos Toledo	985.073.381-00	6501

AGENTE DE CONTRATAÇÃO		
NOME:	CPF	ATRÍCULA Nº:
Joice do Carmo Matoso	006.537.451-76	3057

FISCAL		
NOME	CPF	MATRICULA Nº:
Fiscal Titular: Reney José Nascimento Pedrozo	505.994.371-20	1301

COMPETÊNCIAS

FISCAL	GESTOR
• Prestar informações a respeito da execução dos serviços e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada; • Manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas, quando cabível; • Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato; • Zelar pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização; • Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do	• Acompanhar, sempre que possível, o andamento das contratações que ficarão sob sua responsabilidade; • Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato; • Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste; • Acompanhar o prazo de vigência do contrato; • Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato; • Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato;



Fol.: 156

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

contrato e respectivas cláusulas contratuais;

- Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

- Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

- Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

- Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

- Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

- Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

- Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência;

- Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos.

- Orientar o fiscal de contrato sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;

- Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;

- Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;

- Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;

- Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;

- Conferir o atesto do fiscal de contrato e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

- Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

- Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do Art. 96, da Lei nº 14.133/2021;

- Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;

- Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;

- Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;

- Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;

- Fundamentar, por escrito, todas as suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos; • Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos; • Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior.
--	--

25. DO REAJUSTE

25.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data limite para apresentação das propostas;

25.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 158

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE PORTE
EMPRESARIAL (MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE)**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante).

Eu, _____, portador (a) da
Carteira de Identidade _____ R.G. nº _____ SSP/_____ e
_____ inscrito no CPF/MF nº _____
representante da empresa
CNPJ/MF nº _____

solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
quando da sua participação na licitação, modalidade DISPENSA ELETRÔNICA Nº.
_____/2024 seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com
base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar n.º 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos
incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 que impeçam
a participação neste certame.

Declaramos também que:

() Somos optante do simples nacional.

() NÃO somos optante do simples nacional.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO
emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007
do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

Atenciosamente,

Local/Data.

Nome e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 159

ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE QUE CUMPREM O DISPOSTO NO ART.
4º, § 2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

DISPENSA ELETRÔNICA Nº XX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____,

_____ sediada à Rua/Avenida _____ nº _____

Setor/Bairro _____, na cidade de _____

Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o
Senhor _____

_____, nacionalidade, estado civil,
residente e domiciliado na _____,

portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da Lei, que no ano-calendário de realização da licitação,
ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores
somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento
como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal
nº 14.133/2021.

Local/Data.

Nome e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

160

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

No que se referir à Dispensa de Licitação nº ____/2024, Processo Administrativo nº ____/2024, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____.

Declaramos, para os devidos fins que:

- a) Não está impedida de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios, estando, portanto, apta a contratar com o Poder Público.
- b) Não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.
- c) DECLARA para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, que CASO SEJA SAGRADA VENCEDORA DO CERTAME realizará cadastro diretamente no site do TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado de MS, no Portal do Jurisdicionado, informando e-mail válido e mantendo os seus dados atualizados. DECLARA AINDA, ciência da necessária validação do cadastro via confirmação no e-mail informado no sistema, viabilizando o encaminhamento do processo ao órgão de controle externo, ACEITANDO QUE O OBJETO SÓ SEJA EXECUTADO APÓS A COMPROVAÇÃO DA REFERIDA VALIDAÇÃO.
- d) DECLARA, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme disposto no inciso VI do art. 67 da Lei Nº 14.133/2021.
- e) DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Local/Data
Nome e Assinatura do Representante
Carimbo do CNPJ



ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XX/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024

CONTRATO XXXXXXXX QUE, ENTRE SI,
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTA
PORÃ/MS E XXXXX

O MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ- MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Guia Lopes, nº 663, Centro, na cidade de Ponta Porã/MS, inscrito no CNPJ nº 03.434.792/0001-09, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal XXX, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade, RG n. XXX e inscrito no CPF sob o n. XXX, residente e domiciliado na Rua XX, nº XX, na cidade de Ponta Porã - MS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e XXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. XXX, com sede na XXX, n. XX, Bairro XXX, na cidade de XXX, representada neste ato por seu procurador, Sr. XXX, portador do CPF nº XXX, RG nº XXX, residente e domiciliado à Rua XXX, nº XX, Bairro XXX, na cidade de XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do Dispensa de Licitação nº XX, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto XXXXXX, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como na proposta da CONTRATADA, que integram o presente instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

2.2. Nos preços propostos restam inclusos todos os impostos, taxas, transporte,



162

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

seguro, cargas e descargas, inclusive despesas com fretes e outras, constituindo-se na única remuneração devida à contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA-DO PAGAMENTO

3.1 O Pagamento será efetuado no prazo de até ____ (____) dias do mês subsequente à prestação dos serviços, através de depósito bancário em conta corrente a ser fornecida pela contratada, condicionado à apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e a Nota Fiscal devidamente atestada.

3.2. A contratada deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a Certidão de Regularidade Fiscal RFB/PGFN e FGTS com validade e a cópia da respectiva nota de empenho.

3.3. Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será susinado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação da mesma.

3.4. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

3.5. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da contratada.

3.6. O Município de Ponta Porã-MS não pagará, sem que tenha manifestado sua autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

3.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

4.1. A prestação do serviço, objeto desta contratação, deverá ser executada em conformidade com o estabelecido no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e as demais cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e na minuta de contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência do contrato será de ____ (____) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Além dos deveres e obrigações inerentes à execução dos serviços, caberá ainda à CONTRATADA:



Fol.: 163

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

6.1.1. Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas na Dispensa de Licitação nºXX/2024, informando ao Município de Ponta Porã à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

6.1.2. Atender às condições descritas no Termo de Referência, parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

6.1.3. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto contratado, incluindo taxas, inclusive administrativas, emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como, quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado.

6.1.4. Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, decorrentes da prestação de serviços.

6.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do CONTRATANTE.

6.1.6. Entregar o objeto nas quantidades e nos prazos estipulados.

6.1.7. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: Salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, objeto da presente contratação, ficando o contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

6.1.8. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (art. 92, XVII da Lei Federal n. 14.133/2021).

6.1.9. Em tudo agir segundo as diretrizes do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;

7.2. Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores, do contratante ou de terceiros;

7.3. Atestar as Notas Fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos;

7.4. Efetuar o pagamento à contratada, conforme estabelecido no presente instrumento;

7.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

quando necessário;

7.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

CLÁUSULA OITAVA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

8.1. O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA NONA-DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS

9.1. Além das disposições presentes neste instrumento contratual, ficam dele fazendo parte integrante a Proposta apresentada pela CONTRATADA, o Edital, o Termo de Referência e demais documentos que instruem os autos do processo a que este instrumento se vincula.

CLÁUSULA DÉCIMA –DO REAJUSTE DO CONTRATO

10.1. O contrato poderá ser ajustado observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, nos termos da legislação em vigor;

10.2. Para reajuste e/ou revisão do contrato, serão observados os índices _____ (_____).

10.3. O prazo para resposta ao pedido de reajuste/revisão de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A rescisão contratual pode ser operada:

- a) Por ato unilateral e formal da Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS, conforme os casos enumerados no art. 137 da Lei 14.133/21;
- b) Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente contrato, manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;
- c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 137 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Folha: 165

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência:** quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

12.3. A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da referida Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.4. A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será calculada em 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 166

administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

12.5. A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) ano.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo artigo. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.9. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021)

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 167

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Setor Tributário do Município de Ponta Porã MS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fol.: 168

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. Os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/UO	Função Programática	Projeto	Natureza da despesa	Fonte de Recurso	Ficha

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Ficam designados os servidores **XXX**, Matrícula **XXX**, ocupante do cargo de **XXXXX** e, **XXX**, matrícula **XXX**, **XXXX**, para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-DO FORO CONTRATUAL

15.1. As partes elegem o Foro desta Comarca de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas

Ponta Porã - MS, XX de XXX de 2024.

MUNICIPIO DE PONTA PORÁ/MS XXX Prefeito Municipal Contratante	XXXXXXXXX Contratada
---	------------------------------------

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. n.º. 1611/2024

Parecer n.º. 1611/2024

Referência: **Processo Administrativo n.º 9.565/2024 – Dispensa Eletrônica**

I - RELATÓRIO

O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Procuradoria para análise da possibilidade jurídica de contratação direta, por dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inc. II, da Lei n.º 14.133/2021, destinada à aquisição de matérias de informática e mobiliário, para atender o Previporã – Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ponta Porã.

Os autos foram regularmente instruídos com os seguintes documentos:

1. Formalização da demanda do Previporã (01/03);
2. Estudos Técnicos Preliminares (fls.08/28);
3. Mapa de riscos (fls.29/33);
4. CI n.º 762/2024 do setor de compras apresentou informações sobre pesquisas de preços, esclarecendo que: “(...) as pesquisas realizadas buscaram obter, sempre que possível, 3(três) valores estimados.” E que: “ (...)fora formalmente encaminhado pedido de cotação de preços para as empresas (...)” (fls. 39/41);
5. Relação dos itens (fls.42/43);
6. Orçamentos (fls.44/52);
7. Relatório de pesquisa de preço e contratações similares de outros de outros órgãos (fls.53/102);
8. Mapa de apuração de preços (fls.103/104);
9. Pesquisa com mapa comparativo (fls.106);
10. Solicitação e Autorização de Despesa (fls.107);
11. Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Previporã (fls. 109/119);
12. Despacho informando a existência de previsão de recursos orçamentários (fls.119);
13. Decreto n.º 9457/2023, que regulamenta os procedimentos de dispensa de licitação, e sua publicação (fls. 121/129).
14. Decreto n.º 9.586/2023, que nomeou os agentes de contratação, e sua publicação (fls. 385/388);
15. Aviso da Dispensa Eletrônica com (fls. 133/168):
 - 15.1. Anexo I- documentos exigidos para habilitação;
 - 15.2. Anexo II – termo de referência;
 - 15.3. Anexo III – declaração de enquadramento ME e EPP;
 - 15.4. Anexo IV – declaração de idoneidade e não existência de trabalhador menor;
 - 15.5. Anexo V – declaração de enquadramento e-cjur;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. nº. 1611/2024

- 15.6. Anexo VI – declaração de conhecimento de todas as informações locais;
- 15.7. Anexo VII- declaração de enquadramento ME e EPP que cumprem o disposto no artigo 4º, §2º, da Lei nº14133/21;
- 15.8. Anexo VIII- declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos;
- 15.9. Anexo IX – minuta de contrato.

É o relatório.

II – DA DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA

De antemão, saliento que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos da consulta, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, econômica e financeira, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições desta Procuradoria.

Convém sublinhar que parte das observações expendidas por este órgão de assessoramento jurídico não passam de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa assessorada, e não vinculá-la. Caso se opte por não as acatar, não haverá, necessariamente, ilegalidade no proceder, mas assunção de risco. Nesta hipótese, a autoridade deverá motivar sua decisão.

Ressalte-se que a autoridade consulente e os demais agentes envolvidos na tramitação processual devem possuir competência para a prática dos atos atinentes ao feito, cabendo-lhes aferir a exatidão das informações constantes dos autos, zelando para que todos os atos processuais sejam praticados por aqueles que detenham as correspondentes atribuições.

Por outro lado, o prosseguimento do feito sem a correção de questões que envolvam a legalidade, de observância obrigatória pela Administração, apontadas como óbices a serem corrigidos ou superados, são de responsabilidade exclusiva do ente público assistido.

III - DA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. n.º 1611/2024

Todavia, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação, senão vejamos:

"Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A ressalva no texto constitucional, portanto, se refere à possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, de modo que a Administração Pública fica autorizada a celebrar contratações diretas, por dispensa e por inexigibilidade de licitação.

Verifica-se que o presente procedimento se enquadra numa daquelas exceções, porquanto se ajusta à previsão contida no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre hipótese de dispensa de licitação para a contratação direta que tenham valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), in verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Oportuno registrar ainda que o Decreto n.º 11.871/2023 atualizou os valores estabelecidos na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, de modo que aquele inciso II do caput do art. 75 passou a corresponder a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e trinta e dois centavos).

Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei n.º 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto n.º 11.871/2023, a licitação será dispensável quando a contratação envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e trinta e dois centavos), no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. n.º 1611/2024

O valor estimado para o objeto da presente contratação importa em R\$ 15.951,03 (quinze mil, novecentos e cinquenta e um reais e três centavos), atendendo ao limite referido no inciso II do caput, do Art. 75, da Lei n.º 14.133/21, portanto, pode ser contratado diretamente, dada a dispensabilidade da licitação.

Nada obstante, importante trazer a lume as disposições contidas no §1º, do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 75. (...) §1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

- I – o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
- II – o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.¹

Destarte, convém recomendar às unidades gestoras - unidades administrativas, órgãos e entidades – com competência para gerir recursos orçamentários, de modo a empenhá-los para fazer frente à realização de despesas, com o fim de evitar o fracionamento indevido de despesa em contratações por dispensa em razão do valor, que, a cada início do exercício orçamentário, deverão estimar o valor anual a serem despendidos com objetos de mesma natureza – assim entendidos os objetos de um mesmo ramo de atividade – para identificar o cabimento da contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor.

IV-DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

A realização do processo de contratação direta por dispensa de licitação, fundamentado na Lei n.º 14.133/2021 precisa guardar observância ao artigo 72, que assim dispõe:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

¹ Consoante dispõe o § 7º do aludido art. 75: “Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo para as contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. n.º 1611/2024

- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Verifica-se que foram atendidas as exigências contidas no supracitado art. 72, Lei n.º 14.133/2021. Destaca-se que foram juntados aos autos os documentos de formalização de demanda, bem como o termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Pelo que se verifica até o presente momento, pois, os comandos normativos insertos no artigo em comento foram adequadamente atendidos no procedimento em tela.

IV- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Nota-se que o Estudo Técnico Preliminar - ETP contém os elementos essenciais à contratação. Consta do ETP: objeto; suporte legal; relatório; descrição da necessidade da contratação; justificativa da escolha do tipo e solução a contratar- levantamento de mercado; estimativa das quantidades; descrição detalhada do produto ou serviço; requisitos da contratação; planejamento/plano Anual de contratações; estimativa de preços ou preços referenciais/mapa de apuração de preços; justificativa da modalidade da licitação; justificativa para o parcelamento ou não do objeto; benefícios diretos e indiretos, providências para adequação do ambiente do órgão; providências para mitigação do impacto ambiental; contratações correlatas e/ou interdependentes; viabilidade da contratação, e; fiscalização e gestão do contrato e equipe de planejamento

Da análise do Estudo Técnico Preliminar, constata-se a necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido, na aquisição de matérias de informática e mobiliário, para atendimento do Previporã – Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ponta Porã.

Consta no estudo técnico preliminar apresentado, estimativa do valor da contratação, com indicação da observância dos parâmetros previstos nos incisos I, III e IV do art. 23, §1º da Lei n.º 14.133, de 2021, que dispõe:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. n.º 1611/2024

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Com isso, é de se concluir que, antes mesmo de lançar o procedimento administrativo, a autoridade competente realizou ampla pesquisa de mercado para que conseguisse alcançar o entendimento de que o objeto que pretende licitar se enquadra nos conceitos acima elencados.

V - TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência - TR foi elaborado em consonância com os requisitos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei n. 14.133/2021. Constam do TR: 1) a definição do objeto; 2) participação nos itens; 2) descrição; 3) justificativa; 4) justificativa da modalidade; 5) obrigações da contratada e do contratante; 6) requisitos da contratação; 7) modelo de execução contratual; 8) valor estimado; 9) fraude em licitação; 10) prazo da contratação; 11) local da entrega; 12) dotação orçamentaria; 13) da assinatura do contrato; 19) do contrato e; 20) reajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. nº. 1611/2024

No caso concreto, observa-se que a Administração elaborou o TR de modo a contemplar as exigências legais sintetizando as principais decisões e informações acerca da contratação a ser realizada, inclusive no que diz respeito à fundamentação legal da contratação direta, e quanto à natureza comum do objeto.

VI - PROCEDIMENTO DE DISPENSA ELETRÔNICA E AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA:

A minuta do aviso veio com os seguintes itens discriminados: sessão pública, definição do objeto, condições de participação, ingresso e cadastramento, fase de lances, julgamento das propostas, habilitação, contratação e disposições gerais. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item.

De acordo com o art. 75, § 3º, da Lei n. 14.133/2021, as contratações por dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do referido artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação e manutenção do aviso à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

O §3º do art. 75, demonstra a preferência da lei pela publicação, no site oficial do órgão público, da divulgação da intenção de compra/contratação, para que interessados tenham a oportunidade de enviar suas propostas. Nesse sentido, recomendamos que seja disponibilizado no site oficial o Termo de Referência, com a justificativa da compra, o objeto pretendido e as condições de participação, no prazo mínimo exigido pela lei (três dias úteis).

Nesse contexto, a Instrução Normativa SEGES n. 67/2021, do Ministério da Economia, regulamentou o procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com o objetivo de dar maior transparência a esse tipo de contratação direta, prestigiando o princípio da impessoalidade na escolha no fornecedor. Esse procedimento, além de ser mais transparente, visa, consequentemente, ao aumento na competitividade, à redução de custos e à agilidade dos processos. De acordo com o art. 4º da mencionada Instrução Normativa, o procedimento de dispensa eletrônica será utilizado não só nas hipóteses dos incisos I e II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, mas também nas demais hipóteses de dispensa de licitação, quando cabível.

VII - MINUTA DO CONTRATO:

No caso em comento, a minuta do contrato constante dos autos contém as seguintes cláusulas: objeto, valor, pagamento, entrega, vigência, obrigações da Contratante e Contratada, cessão ou transferência, disposições



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. nº. 1611/2024

accessórias, reajuste do contrato, rescisão contratual, penalidades, dotação orçamentária, fiscalização do contrato e eleição de foro.

Nesta esteira, os arts. 89 e 92, ambos da Lei nº 14.133/2021, tratam da formalização dos contratos administrativos e estabelecem as cláusulas que são necessárias. Vejamos:

“Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.”

(....)

“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. nº. 1611/2024

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

§1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

§2º De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

§3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. n.º 1611/2024

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§5º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

§6º Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 desta Lei.”

Pelo que observa, pois, a minuta do contrato jungida aos autos contempla adequadamente as cláusulas mínimas previstas na Lei n.º 14.133/2021, sem a verificação de riscos aparentes para a Administração Pública.

Convém relembrar que, em observância à necessária publicidade dos atos da Administração, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em conformidade com o artigo 72, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21 e com o artigo 5º do Decreto Municipal n.º 9457/2023.

Está previsto também, no mesmo Decreto, no artigo 6º, que a divulgação por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, consoante disciplina o Art. 94, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Vejamos:

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.

§2º A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§3º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
PARECER P.G.M. n°. 1611/2024

Fol.: 179

Com efeito, quando da assinatura do contrato, impõe-se, pois, a divulgação de seu teor ou o extrato decorrente do contrato no sítio eletrônico oficial.

VIII- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Procuradoria Geral do Município manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, inclusive da minuta do Aviso de Contratação, para à aquisição de matérias de informática e mobiliário, para atender o Previporã – Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ponta Porã, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021 c/c o Decreto Municipal 9.457/20023, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

Após, retornem os autos para emissão de parecer conclusivo, em observância ao artigo 71 da Lei 14.133/21.

S.M.J. É o parecer, que submetemos à apreciação superior.

Ponta Porã, em 19 de agosto de 2024.

Karla da Rocha Mattos
Assessora PGM

Aprovo o PARECER/PGM N° 1611/2024.
Encaminhem-se os autos para providências.
Ponta Porã, em 19 de agosto de 2024.

Ricardo Soares Sanches Dias
Procurador Geral do Município
OAB/MS 11.558



**PONTA
PORÃ**
FE, ESPERANÇA E CULTURA

Fol.: _____

180

CÓPIA

Decreto n. 9.434, de 24 de abril de 2023.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como agentes de contratação do Município de Ponta Porã os servidores abaixo relacionados:

- I – Joice Do Carmo Matoso – Secretaria Municipal de Administração;
- II – Juliana Gomes Weckerlin – Secretaria Municipal de Saúde;
- III – Vanessa Ajala de Oliveira Crespo - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV – Larissa Giminiano Pelusch - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- V – Wilson Fernandes Dias - Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 24 de abril de 2023.

Eduardo Esgaib Campos

Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Projeto	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Ficha
07.01	15.451.0049	1003	44905100	1.500.0000	057

Fundamento legal: Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

Data da assinatura: 23.03.2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

Decreto

DECRETO N. 9.434, DE 24 DE ABRIL DE 2023.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como agentes de contratação do Município de Ponta Porã os servidores abaixo relacionados:

- I – Joice Do Carmo Matoso – Secretaria Municipal de Administração;
- II – Juliana Gomes Weckerlin – Secretaria Municipal de Saúde;
- III – Vanessa Ajala de Oliveira Crespo - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV – Larissa Giminião Pelusch - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- V – Wilson Fernandes Dias - Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 24 de abril de 2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

DECRETO N. 9.435, DE 24 DE ABRIL DE 2023.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado **Ramão Marcondes Fernandes de Deus** do cargo de Assessor Executivo do Gabinete, símbolo PEDA-5, lotado na Secretaria Municipal de Governo e Comunicações, a partir de 01 de abril de 2023.

Art. 2º - Fica nomeado **Ramão Marcondes Fernandes de Deus** no cargo de Diretor da Defesa Civil, símbolo PEDA-3, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública, a partir de 02 de abril de 2023.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 24 de abril de 2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.436, DE 24 DE ABRIL DE 2023.

Dispõe sobre a reclassificação de candidatas aprovadas no cargo público de Professor de Apolo.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;
Considerando o deferimento do pedido de reclassificação solicitado pelas candidatas, Sr^{as}. Bruna Mendes Bittencourt, Zenilda Regina de Souza e Glaucinéia Aparecida Nantes do Amaral, aprovadas no cargo público de Professor de Apolo,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reclassificadas as candidatas Bruna Mendes Bittencourt, Zenilda Regina de Souza e Glaucinéia Aparecida Nantes do Amaral para os últimos lugares da listagem, onde as mesmas poderão ser novamente nomeadas, porém dentro do prazo de validade do concurso público - Edital Educação 01/2022, e se houver vaga disponível, conforme tabela anexa.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 24 de abril de 2023.

Eduardo Esgaib Campos
Prefeito Municipal